

Boletim de Políticas Públicas de Emprego Trabalho e Renda

FEVEREIRO | 2019

Apresentação

Nesta edição

- 1 **Conjuntura**
- 2 **Intermediação de mão-de-obra**
- 3 **Seguro Desemprego**
- 4 **Qualificação Profissional**
- 5 **PNMPO**
- 6 **PROGER**
- 7 **Abono Salarial**
- 8 **CTPS**
- 9 **Análise Regional**
- 10 **Anexo - Atividades de gestão**

O Observatório Nacional do Mercado de Trabalho tem entre suas competências a produção de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capazes de subsidiar o gerenciamento e a implementação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Paralelamente, cabe ao Ministério do Trabalho o papel de exercer a secretaria executiva do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e informar aos conselheiros sobre as ações implementadas com financiamento do Fundo.

Nesse contexto, o presente Boletim configura-se como publicação estratégica para a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, o CODEFAT e órgão e entidades executoras dessas políticas, na medida em que apresenta a sistematização dos principais indicadores relevantes para o monitoramento, avaliação e a tomada de decisão dos gestores.

Trazemos os dados das políticas públicas implementadas pela SPPE provenientes de registros administrativos e procuramos, sempre que possível, comparar os resultados com a dinâmica do mercado de trabalho.

Não se trata de uma avaliação do impacto das ações, mas sim, da sistematização de dados que permitem o acompanhamento das políticas públicas e a tomada de decisão baseada em evidências.

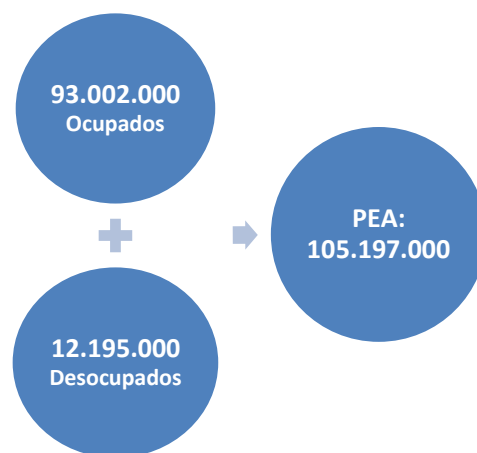
Esta edição apresenta dados até o quarto trimestre de 2018.

Boa leitura!

1. Conjuntura

Esta seção apresenta um panorama geral de conjuntura, com base na análise dos principais indicadores do mercado de trabalho. Os dados são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do IBGE e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do MTb.

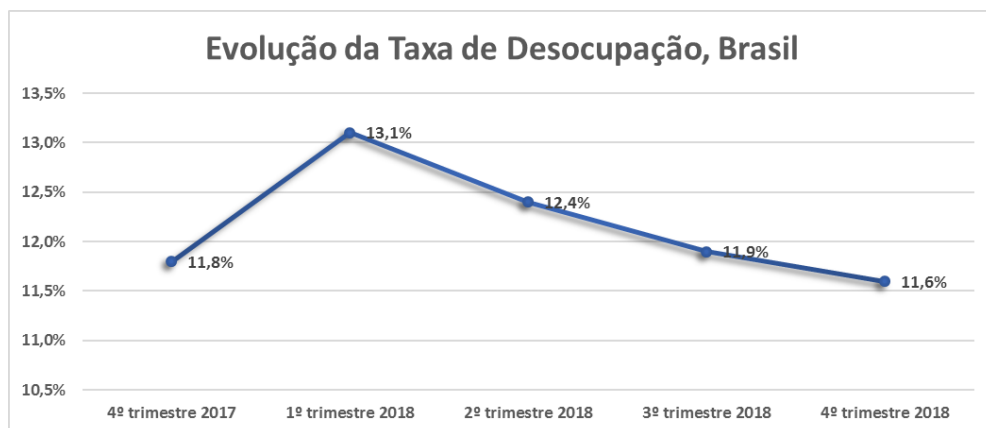
No 4º trimestre de 2018, a PEA brasileira era composta por 105.197.000 de pessoas, entre as quais 93.002.000 (88,4%) estavam ocupadas e 12.195.000 (11,5%) estavam em situação de desocupação.



Em relação ao 1º trimestre de 2018, observou-se um aumento de aproximadamente 0,9% na PEA. No contingente de desocupados, nota-se uma redução aproximada de 10,9% e um aumento de 2,67% no total de ocupados.

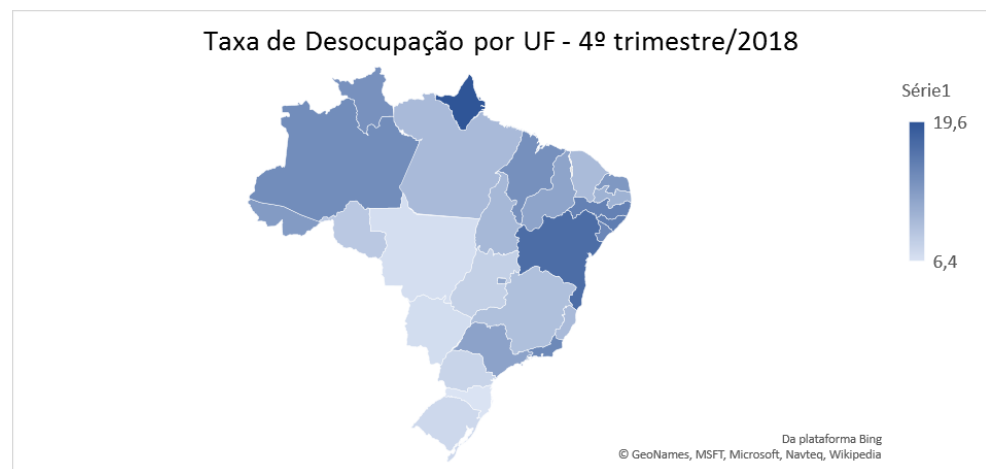
Desocupação

No período que vai até o 4º trimestre de 2017, a taxa de desocupação reduziu, chegando ao valor de 11,8%. Já no 1º trimestre de 2018, a taxa de desocupação sofre um aumento atingindo 13,1%, mas diminuiu ao longo do ano de 2018, fechando em 11,6% no último trimestre.



Fonte: PNADC - IBGE

No que se refere à taxa de desocupação por UF, conforme mapa ao lado, observa-se grande disparidade regional, sendo as maiores taxas observadas no Amapá (21,3%), Alagoas (17,3%), Pernambuco (16,9%) e Sergipe (16,8%). As menores taxas foram registradas em Santa Catarina (6,5%), Rondônia (8,2%) e Rio Grande do Sul (8,3%).



Fonte: PNADC - IBGE

Observa-se que a taxa de desocupação é maior entre as mulheres, chegando a 13,5%, 3,4% a mais do que o percentual de homens desocupados.

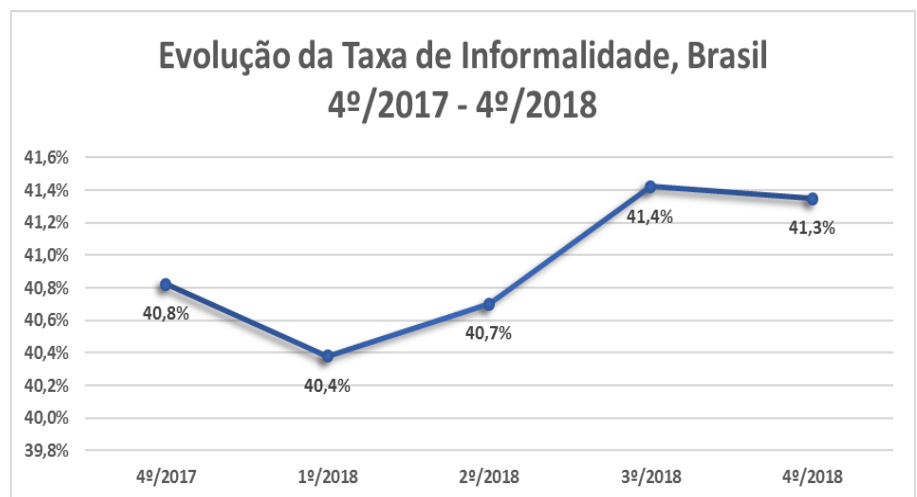
A faixa etária com a maior taxa de desocupação é a de jovens entre 14 e 17 anos, seguida pelos de 18 a 24 anos. Há uma taxa menor entre as pessoas com mais de 60 anos, chegando a 4,0%. No que se refere ao grau de instrução, a população com ensino médio incompleto tem a maior taxa de desocupação, 19,7%, essa taxa diminui para 5,9% entre as pessoas com ensino superior completo.

Recortes da Taxa de Desocupação, 4º trimestre de 2018	
	Taxa de Desocupação
Sexo	
Homens	10,1%
Mulheres	13,5%
Faixa etária	
14 a 17 anos	40,3%
18 a 24 anos	25,2%
25 a 39 anos	10,7%
40 a 59 anos	6,9%
60 anos ou mais	4,0%
Grau de instrução	
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	9,9%
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	11,2%
Ensino fundamental completo ou equivalente	13,5%
Ensino médio incompleto ou equivalente	19,7%
Ensino médio completo ou equivalente	12,8%
Ensino superior incompleto ou equivalente	12,6%
Ensino superior completo ou equivalente	5,9%
Total	11,6%

Fonte: PNADC - IBGE

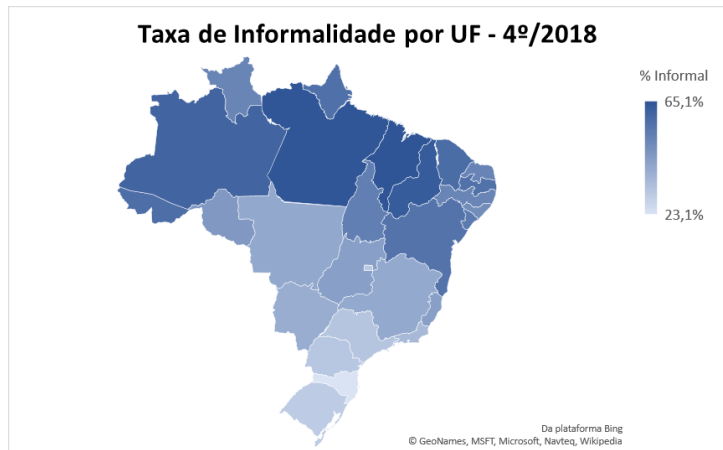
Informalidade

No 1º trimestre de 2018, 40,4% do total de ocupados encontravam-se na informalidade, apresentando aumento gradativo até o 3º trimestre de 2018. No quarto trimestre do ano houve uma redução para um percentual de informais de 41,3%. Consideram-se informais aqueles trabalhadores assalariados, sem carteira de trabalho assinada, empregadores e trabalhadores por conta própria que não contribuem para a previdência social, e trabalhadores familiares.



Fonte: PNADC - IBGE

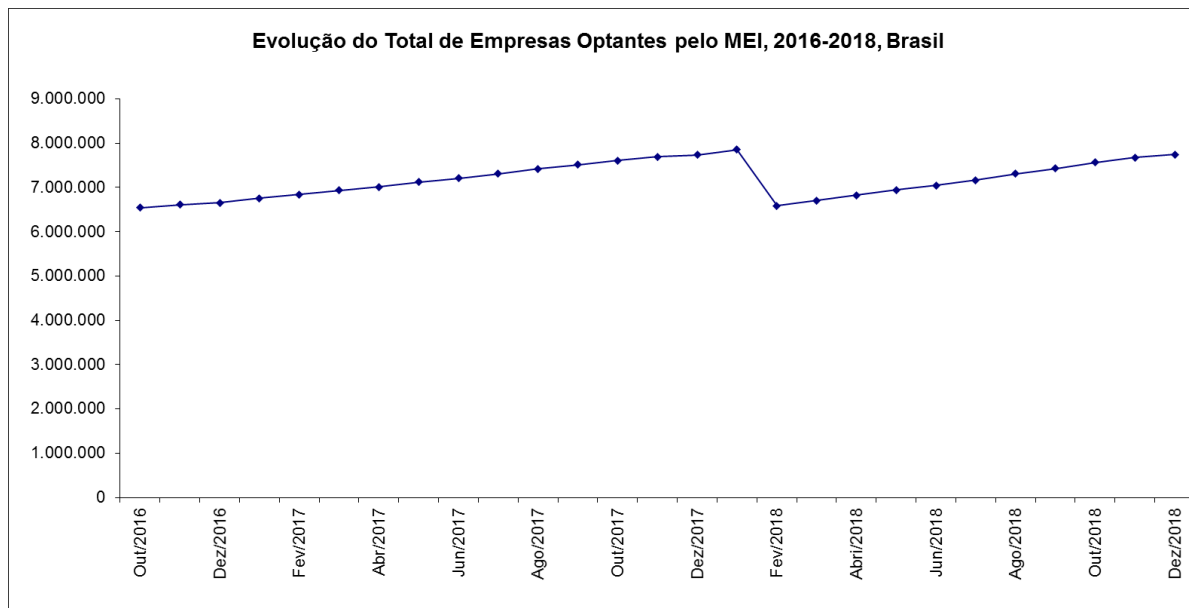
Considerando-se a taxa de informalidade por UF, observa-se que a menor taxa encontra-se em Santa Catarina (23,1%), seguida do Rio Grande do Sul (30,1%) e Distrito Federal (30,7%). Os Estados que apresentam maiores taxas são o Maranhão(65,1%), Pará (64,9%), e Piauí (63,1%).



Fonte: PNADC - IBGE

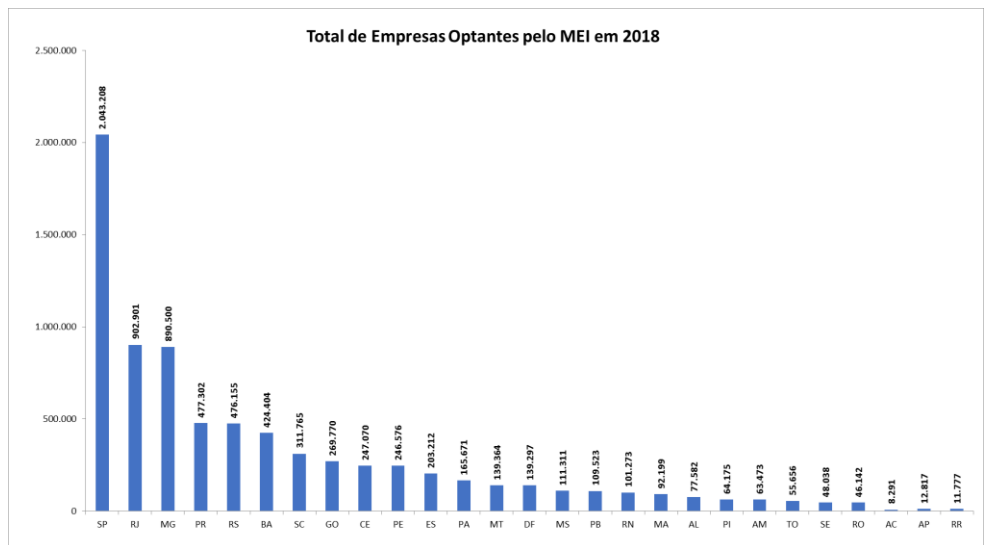
Microempreendedor Individual

O Microempreendedor Individual apresentou nos últimos 12 meses uma variação relativa de -1,4%. Em fevereiro de 2018, o quantitativo de empresas optantes pelo MEI diminuiu em 1.266.941, mas em março o total de empresas volta a crescer progressivamente, encerrando o ano com 7.739.452 de empresas inclusas no MEI.



Fonte: Portal do Empreendedor. Dados extraídos em: 16/02/2019.

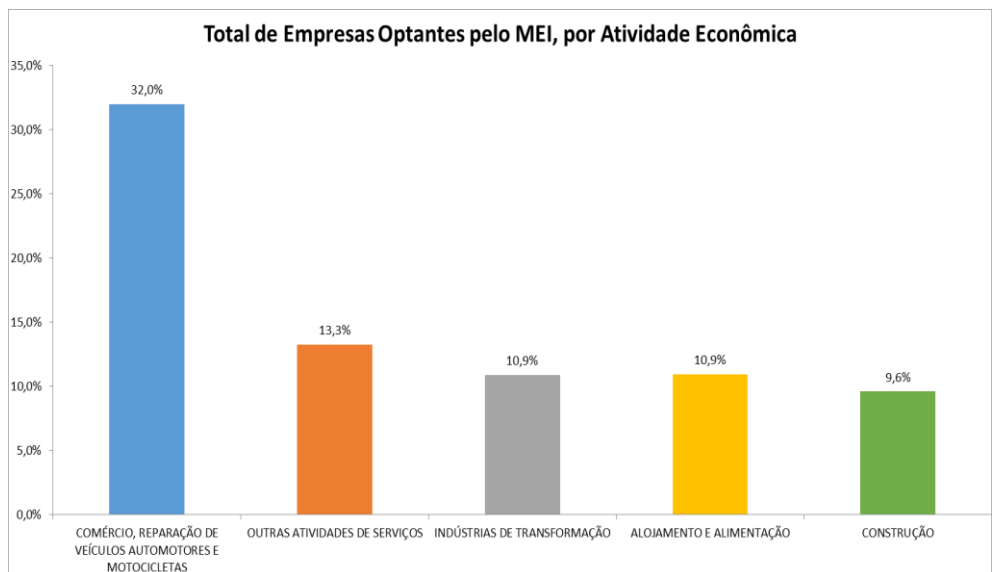
Os estados da região sudeste são as Unidades Federativas com o maior quantitativo de empresas optantes pelo MEI. São Paulo apresenta o maior número de empresas optantes pelo MEI, com 26% do total de 7.739.452.



Fonte: Portal do Empreendedor. Dados extraído em: 16/02/2019.

Das empresas optantes pelo MEI, mais de 76% estão concentradas nas atividades econômicas relacionadas a comércio, reparação de veículos, indústria de transformação, alimentação, construção e atividades de serviços.

Os outros 23% estão distribuídos em atividades administrativas, transporte, educação, serviços domésticos, entre outras atividades.



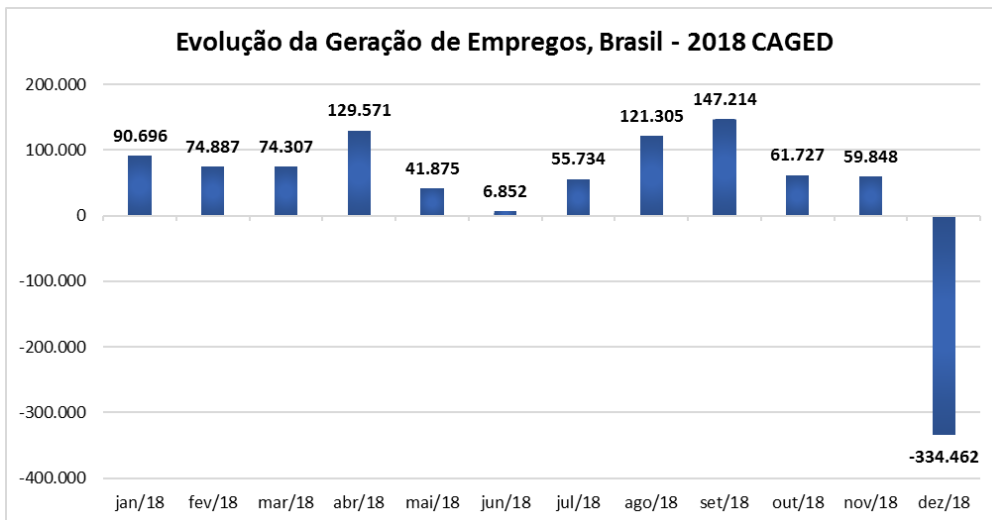
Fonte: Portal do Empreendedor. Dados extraídos em: 23/02/2019.

Mercado de Trabalho Formal

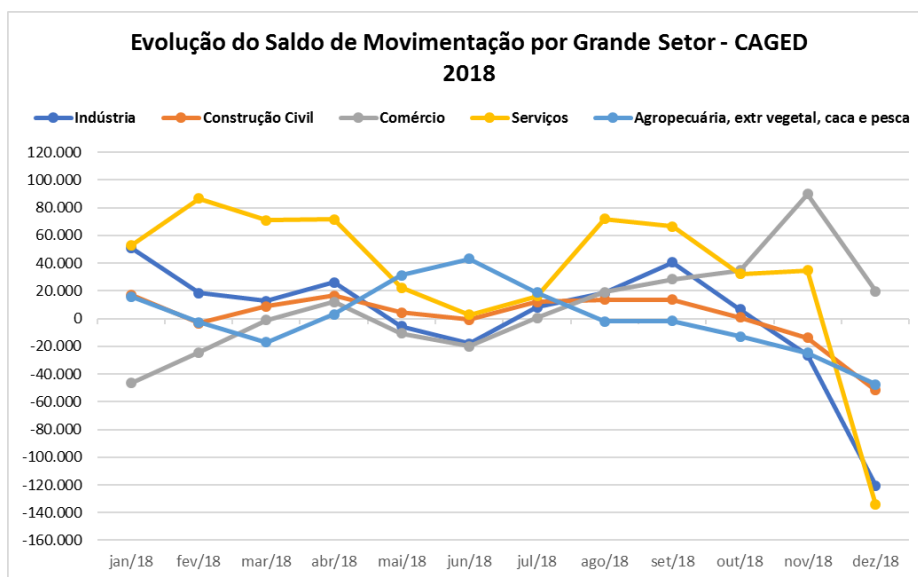
De acordo com Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), observou-se saldo negativo de -212.887 postos de trabalho formais no 4º trimestre de 2018.

Esse cenário se dá devido ao saldo de dezembro que, pela sazonalidade do comportamento do mercado de trabalho formal, sempre apresenta um número de desligamentos maior do que de admissões.

O saldo anual, por sua vez, foi de 529.554.



No que se refere ao comportamento dos setores de atividade no último trimestre, observa-se que apenas o setor de Comércio apresentou um movimento ascendente em novembro, com 89.932 mil novos postos de trabalho, tendo uma queda junto aos demais setores no final de 2018.



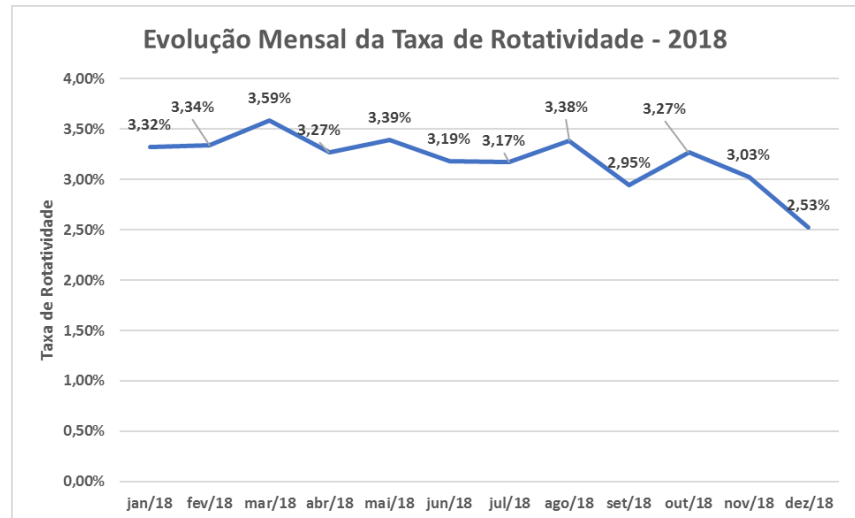
Fonte: CAGED/MTb

Taxa de Rotatividade

A taxa de rotatividade é calculada como a razão do mínimo entre admitidos e desligados e o estoque médio entre os períodos considerados. Mede o percentual dos trabalhadores substituídos mensalmente em relação ao estoque médio entre os meses, em nível geográfico e setorial, mas não em nível ocupacional. Assim, esse indicador, em virtude da forma agregada como é calculado, não permite quantificar a substituição dos trabalhadores com o mesmo perfil ocupacional. A base de dados utilizada para o cálculo da taxa de rotatividade nesta seção é a base de gestão do CAGED.

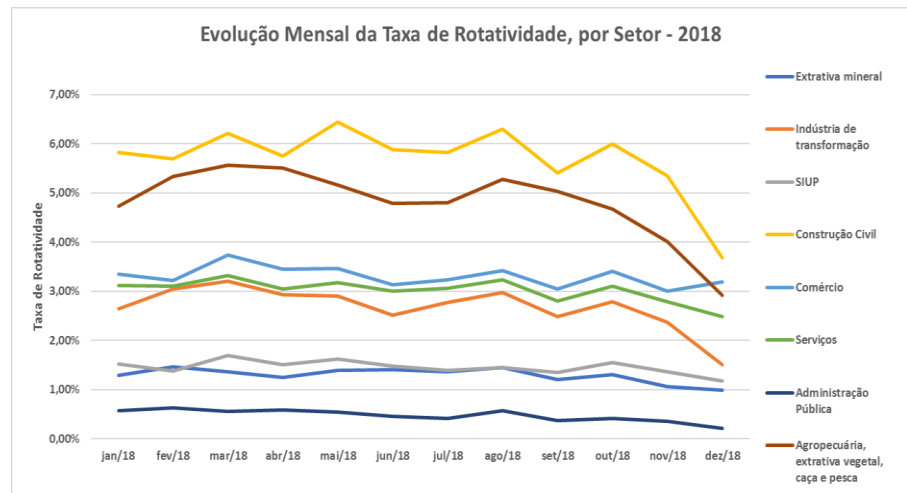
A análise da evolução mensal da taxa de rotatividade do Brasil apresenta um padrão de tendência de alta no início do ano e de queda no fim do ano. No início de 2018 a taxa atinge um valor máximo de 3,59% em março e mínimo de 2,53% em dezembro.

A evolução mensal da taxa de rotatividade por setor permite identificar tendências sazonais e o comportamento médio da rotatividade dentro dos setores.



Fonte: CAGED/MTb.

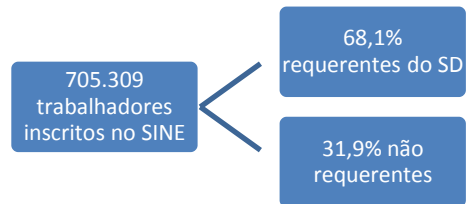
Os setores da Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca, Serviços, Indústria de Transformação e Extrativa Mineral apresentaram uma tendência de queda da taxa de rotatividade ao longo do ano de 2018, com valores mais altos no início do ano e os menores valores no mês de dezembro. Os outros setores de Comércio, Serviços Industriais de Utilidade Pública e Administração Pública apresentaram estabilidade da taxa de rotatividade ao longo do ano.



Chamam atenção os altos valores percentuais (próximos de 5%) da taxa para os setores de Construção Civil e Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca e o valor baixo do setor de Administração Pública, de 0,4% em média.

2. Intermediação de Mão-de-Obra (IMO)

Nesta seção apresentam-se os principais dados e indicadores de acompanhamento da política de intermediação de mão-de-obra (IMO) executada pelo SINE. Os dados são provenientes da base de gestão da IMO.



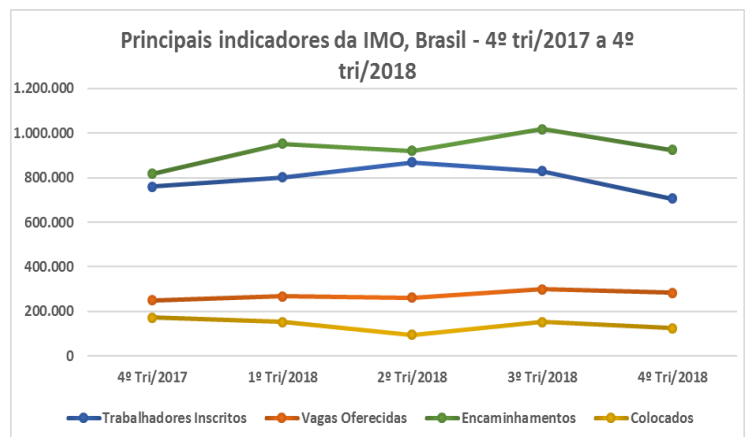
No quarto trimestre de 2018, 705.309 trabalhadores foram inscritos no SINE. Desse total, 68,1% eram monitorados pelo Seguro Desemprego (SD).

O número de trabalhadores que se inscreveram no SINE apresenta uma redução de 15% em relação ao trimestre anterior.

Em relação aos trabalhadores que conseguiram uma colocação no mercado de trabalho formal por intermédio do SINE no ano de 2018, observa-se que o segundo trimestre teve o menor número de colocados, 95.334. Esse número subiu para 126.105 nos meses de outubro a dezembro, porém apresentou uma redução de 18% em relação ao trimestre anterior.

Período	Inscritos	Vagas Oferecidas	Encaminhamentos	Colocados
1º Tri/2018	802.318	267.848	951.974	153.133
2º Tri/2018	868.475	262.549	920.108	95.334
3º Tri/2018	829.150	300.211	1.017.605	153.583
4º Tri/2018	705.309	284.271	923.630	126.105
Total	3.205.252	1.114.879	3.813.317	528.155

Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 01/02/2019



Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 01/02/2019

Perfil dos Inscritos

Levando em consideração o perfil dos trabalhadores inscritos no SINE, em relação ao sexo, faixa etária e grau de instrução, percebe-se que há distinções entre aqueles que eram requerentes do Seguro Desemprego e aqueles que buscaram o SINE apenas à procura de uma vaga de emprego (não requerentes).

Entre os requerentes do SD, 56,05% eram homens. Observa-se concentração na faixa etária de 18 a 24 anos (29,31%) e 30 a 39 anos (25,17%); como também na população com ensino médio completo (52,79%).

Já entre os não requerentes, predomina o sexo feminino (53,78%) e a concentração na faixa etária de 18 a 24 anos é bem maior, de 54,63%. Em relação a escolaridade, ainda que a maior concentração se dê na população com ensino médio completo (42,39%), observa-se que essa porcentagem é menor do que nos trabalhadores requerentes, havendo ainda um destaque para a faixa de ensino médio incompleto com 23,86%.

Nesse cenário, destaca-se a procura de emprego no SINE especialmente pelos mais jovens.

PERFIL DOS INSCRITOS NO SINE (%), 4º trimestre de 2018		
	Requerente do SD	Não requerente do SD
Sexo		
Homens	56,05%	46,22%
Mulheres	43,95%	53,78%
Faixa etária		
Até 17 anos	0,33%	12,03%
18 a 24 anos	29,31%	54,63%
25 a 29 anos	14,93%	8,48%
30 a 39 anos	25,17%	11,01%
40 a 49 anos	18,29%	7,79%
50 a 64 anos	11,56%	5,60%
65 anos ou mais	0,40%	0,46%
Grau de instrução		
Sem instrução	0,84%	0,36%
Ensino fundamental incompleto	12,46%	13,45%
Ensino fundamental completo	9,59%	6,99%
Ensino médio incompleto	9,78%	23,86%
Ensino médio completo	52,79%	42,39%
Ensino superior incompleto	4,60%	6,58%
Ensino superior completo	9,94%	4,85%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 01/02/2019

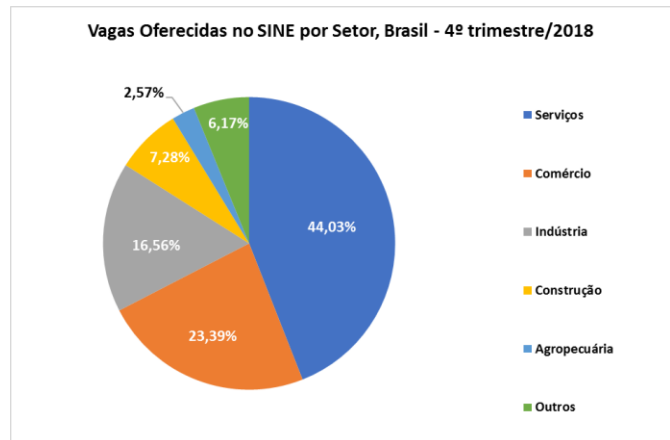
Perfil das Vagas Ofertadas no SINE

No que se refere às vagas de emprego oferecidas pelo SINE, observa-se que no quarto trimestre de 2018 a grande maioria (44%) era no setor de serviços, seguida pelo comércio (23%) e indústria (15%). As principais ocupações das vagas oferecidas foram: Vendedor de Comércio Varejista, Alimentador de Linha de Produção e Faxineiro. As ocupações com maior oferta de vagas nesse período podem ser observadas na tabela abaixo, bem como a distribuição por setor.

Quando comparamos com as admissões no mercado formal, do ponto de vista setorial e ocupacional, observa-se que as vagas oferecidas no SINE têm perfil semelhante.

Quantidade de vagas oferecidas no SINE por CBO Ocupação (20+)		
Ocupação (20+)	4º trimestre de 2018	%
Vendedor de Comercio Varejista	21.094	7,4%
Alimentador de Linha de Produção	20.632	7,3%
Faxineiro	13.779	4,8%
Operador de Caixa	9.075	3,2%
Atendente de Lojas e mercados	8.839	3,1%
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	7.779	2,7%
Operador de Telemarketing Receptivo	6.539	2,3%
Auxiliar de Escritório, em Geral	6.333	2,2%
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Inte)	6.073	2,1%
Servente de Obras	5.793	2,0%
Trabalhador da Pecuária (Bovinos Corte)	5.688	2,0%
Repositor de Mercadorias	5.281	1,9%
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	4.625	1,6%
Atendente de Lanchonete	4.618	1,6%
Operador de Telemarketing Ativo	4.386	1,5%
Ajudante de Motorista	3.404	1,2%
Vendedor Pracista	3.366	1,2%
Pedreiro	3.246	1,1%
Garçom	3.207	1,1%
Vendedor em Domicilio	3.110	1,1%
Outras	137.639	48,4%
Total	284.506	100%

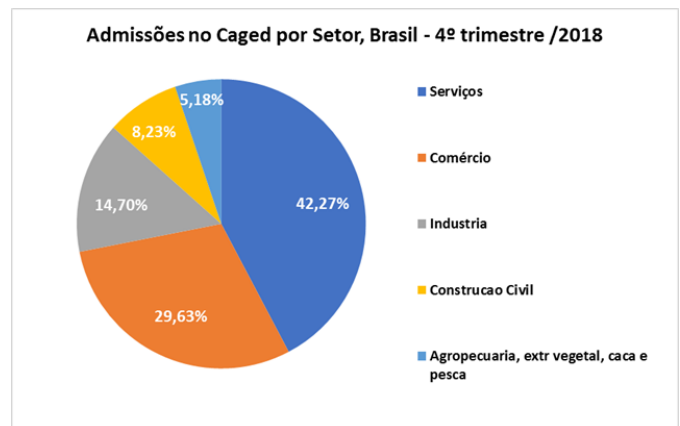
Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 01/02/2019



Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 01/02/2019.

Total de admissões no CAGED por CBO Ocupação (20+)		
Ocupação (20+)	4º Trimestre de 2018	%
Vendedor de Comercio Varejista	282.298	8,1%
Faxineiro	150.084	4,3%
Auxiliar de Escritório, em Geral	142.463	4,1%
Operador de Caixa	120.808	3,5%
Alimentador de Linha de Produção	113.041	3,2%
Servente de Obras	101.348	2,9%
Assistente Administrativo	97.147	2,8%
Repositor de Mercadorias	79.004	2,3%
Atendente de Lanchonete	69.677	2,0%
Atendente de Lojas e Mercados	64.755	1,9%
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Inte)	59.236	1,7%
Receptionista, em Geral	55.109	1,6%
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	52.564	1,5%
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	48.267	1,4%
Pedreiro	46.330	1,3%
Cozinheiro Geral	42.238	1,2%
Porteiro de Edifícios	39.875	1,1%
Vigilante	39.552	1,1%
Almoxarife	38.677	1,1%
Trabalhador Agropecuário em Geral	38.585	1,1%
Outras	1.804.080	51,8%
Total	3.485.138	100%

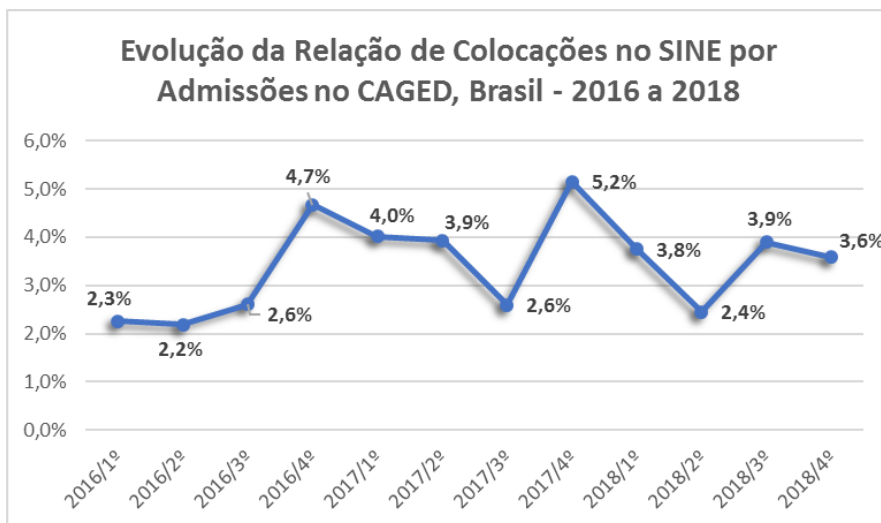
Fonte: BGCAGED/MTb



Fonte: CAGED/MTb.

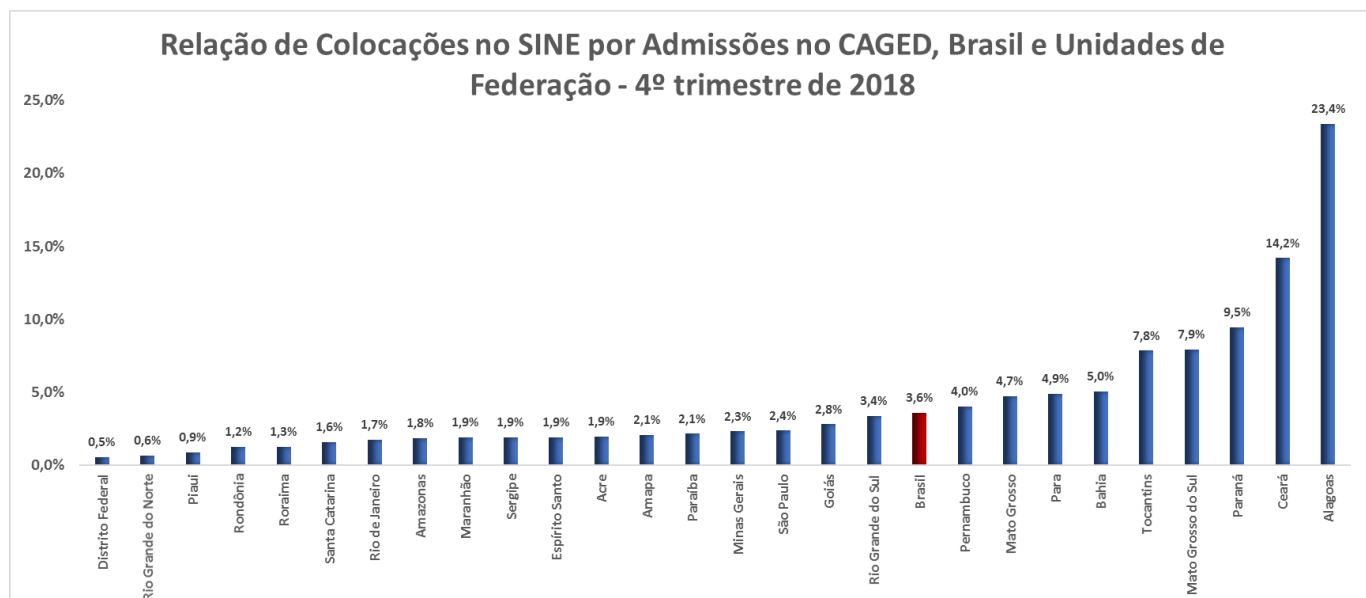
Indicadores de efetividade do SINE

A razão entre o total de colocados pelo SINE e o total de admitidos no mercado de trabalho formal reflete a contribuição do SINE para a dinâmica do mercado de trabalho. No quarto trimestre de 2018, na média nacional, 3,6% das admissões no mercado de trabalho formal se deram por meio da política de intermediação de mão-de-obra do SINE, 0,3% menos que no trimestre anterior, quando o maior percentual do ano foi atingido, com 3,9%.



Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 26/02/2018

A análise regional revela grande disparidade entre os estados, sendo Alagoas, Ceará e Paraná aqueles que apresentaram melhor desempenho no período.



Fonte: BGIMO/MTb e BGCAGED/MTb. Dados extraídos em 01/02/2019

A tabela abaixo apresenta o número de trabalhadores inscritos por ocupação pretendida informada, bem como a quantidade de vagas oferecidas, inscritos, encaminhados e colocados. Percebe-se que há um percentual de vagas ofertadas que não estão sendo preenchidas, mesmo havendo um grande número de trabalhadores com o mesmo perfil em termos de pretensão ocupacional. Tais dados apontam para os desafios enfrentados na implementação da política de intermediação de mão-de-obra no SINE que, tendo em vista a melhoria da eficiência do serviço, devem ser investigados.

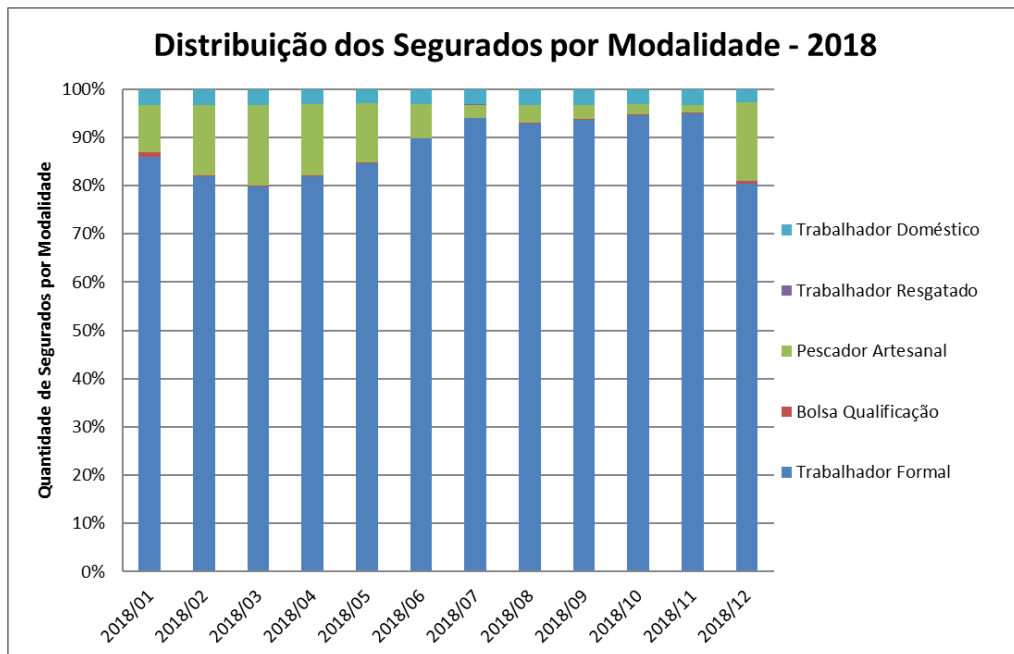
Quantidade de trabalhadores inscritos, vagas oferecidas e trabalhadores inscritos no SINE por CBO Ocupação (20+), 4º trimestre de 2018					
Ocupação Pretendida	Vagas oferecidas	Trabalhadores inscritos	Trabalhadores encaminhados	Trabalhadores colocados	Colocados/vagas oferecidas
Vendedor de Comercio Varejista	21.094	80.114	48.609	3.113	14,76%
Alimentador de Linha de Produção	20.632	56.498	51.222	8.974	43,50%
Faxineiro	13.779	53.122	54.474	4.356	31,61%
Operador de Caixa	9.075	44.153	27.173	2.610	28,76%
Atendente de lojas e mercados	8.839	58.252	22.582	1.455	16,46%
Auxiliar nos Serviços de Alimentação	7.779	24.901	28.490	1.541	19,81%
Operador de Telemarketing Receptivo	6.539	15.953	11.588	1.780	27,22%
Auxiliar de Escritório, em Geral	6.333	73.989	23.779	1.770	27,95%
Motorista de Caminhão (Rotas Regionais e Int)	6.073	9.976	14.517	1.277	21,03%
Servente de Obras	5.793	22.482	16.016	3.319	57,29%
Trabalhador da Pecuária (Bovinos Corte)	5.688	4.188	6.699	4.858	85,41%
Repositor de Mercadorias	5.281	46.032	16.961	1.668	31,58%
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	4.625	15.261	13.964	1.888	40,82%
Atendente de Lanchonete	4.618	22.582	12.116	698	15,11%
Operador de Telemarketing Ativo	4.386	6.434	7.946	433	9,87%
Ajudante de Motorista	3.404	12.322	11.934	955	28,06%
Vendedor Pracista	3.366	3.016	8.432	424	12,60%
Pedreiro	3.246	7.116	7.872	1.332	41,04%
Garçom	3.207	11.916	8.633	495	15,43%
Vendedor em Domicilio	3.110	3.116	4.856	231	7,43%

Fonte: BGIMO/MTb. Dados extraídos em 23/02/2019

3. Seguro-Desemprego

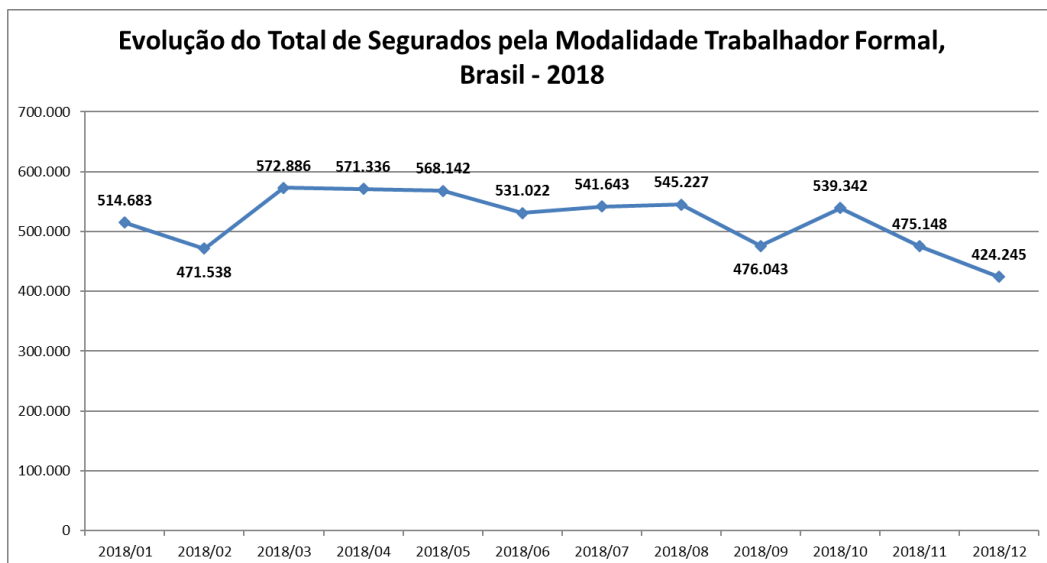
No ano de 2018, em média, 593.788 requerentes do seguro desemprego por alguma das modalidades conseguiram receber o direito por mês.

A modalidade trabalhador formal é aquela que apresenta maior quantidade de segurados seguida pelas modalidades do pescador artesanal, trabalhador doméstico, bolsa qualificação e trabalhador resgatado.



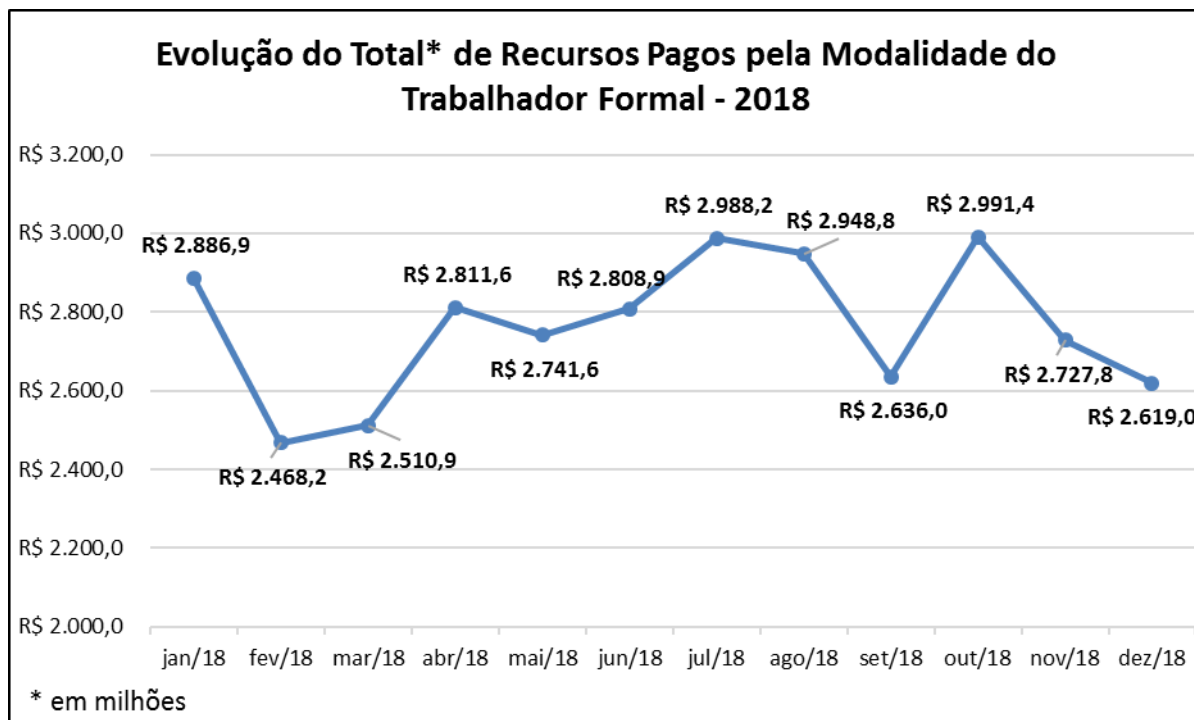
Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 01/02/2019.

Se observa para a modalidade do trabalhador formal uma quantidade consistente de segurados ao longo do ano variando com estabilidade entre o maior valor de 572.886 segurados em março de 2018 e o menor valor de 424.245 segurados em dezembro de 2018. A média mensal de segurados foi de 519.271 em 2018.



Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 01/02/2019.

Abaixo é apresentado um gráfico com a evolução mensal dos valores gastos com a modalidade do trabalhador formal do seguro desemprego. Observa-se alguma oscilação nos valores mensais ao longo do ano variando entre 2,47 bilhões de reais no mês de fevereiro de 2018 e 2,99 bilhões de reais em outubro de 2018 apresentando um desembolso médio mensal de 2,76 bilhões de reais.

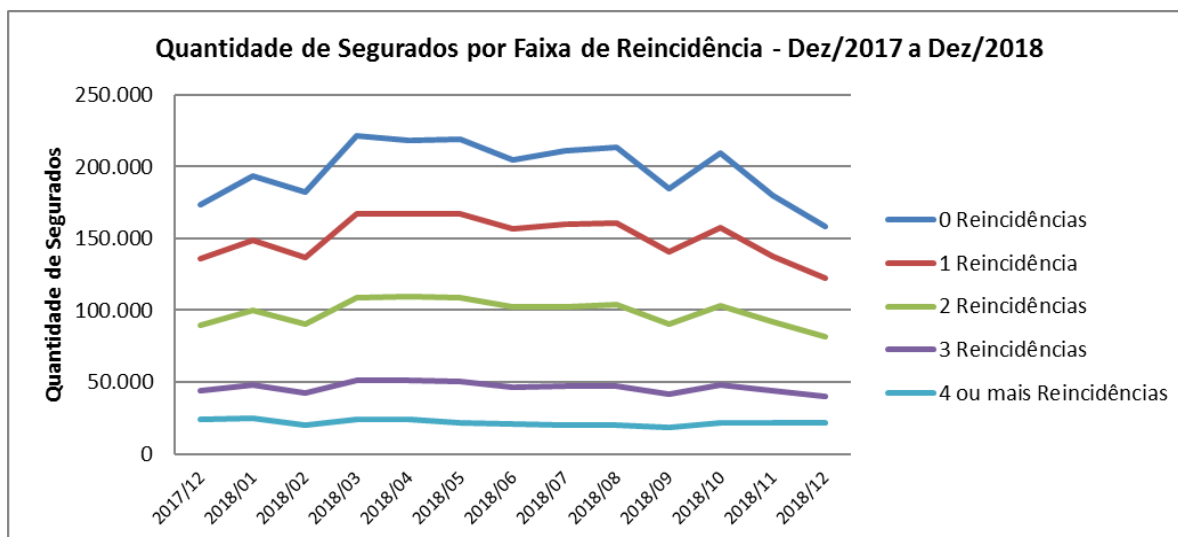


Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 01/02/2019.

Reincidências

A base de gestão do Seguro Desemprego permite apresentar a quantidade de segurados de acordo com a reincidência de requerimento do seguro desemprego. As faixas apresentadas são de nenhuma reincidência, uma reincidência, duas reincidências, três reincidências e quatro ou mais reincidências.

Observa-se que as faixas de reincidência que possuem mais segurados são aquelas com menos reincidências.

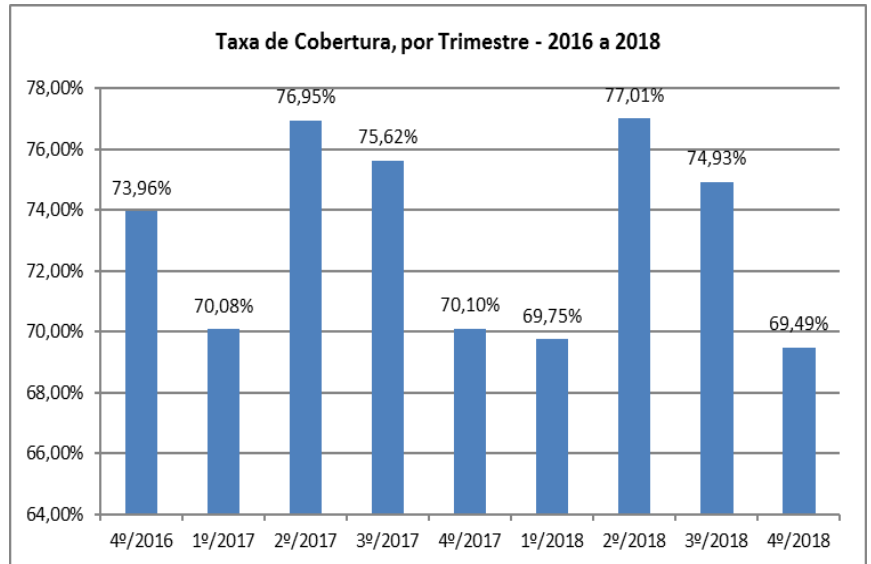


Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 01/02/2019.

Taxa de Cobertura

A taxa de cobertura do seguro-desemprego é um indicador calculado pela razão da quantidade de segurados no período e a quantidade de desligados que são potenciais requerentes pelos dados do CAGED. Para a estimação dos potenciais requerentes do seguro-desemprego através do CAGED foram considerados todos os desligados com tipo de desligamento sem justa causa.

A evolução trimestral revela uma flutuação entre 69% e 80%. O segundo trimestre de 2018 apresentou o maior valor de taxa de cobertura da série, com 77%.



Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 01/02/2019.

Perfil dos Segurados

Os dados mostram que a maioria dos segurados são homens, representando 66,65% do total. Todavia, as mulheres apresentam uma taxa de cobertura superior à masculina (74% contra 66%).

Por faixa etária, a distribuição da quantidade de segurados e da taxa de cobertura apresenta, em geral, valores maiores para as faixas medianas de idade e valores menores para faixas mais jovens e mais idosas. Vale ressaltar os maiores valores de segurados para a faixa de 30 a 39 anos e de taxa de cobertura para a faixa de 40 a 49 anos.

PERFIL DOS SEGURADOS (%), de Outubro a Dezembro de 2018		
	Segurados	Taxa de Cobertura
Sexo		
Homens	876.164	66,65%
Mulheres	562.571	74,44%
Faixa etária		
Até 17 anos	1.450	23,13%
18 a 24 anos	235.406	60,79%
25 a 29 anos	272.809	72,63%
30 a 39 anos	493.187	73,52%
40 a 49 anos	286.601	73,46%
50 a 64 anos	146.408	65,14%
65 anos ou mais	2.874	18,59%

Fonte: BGSD/MTb. Dados extraídos em 01/02/2019.

4. Qualificação profissional

Escola do Trabalhador

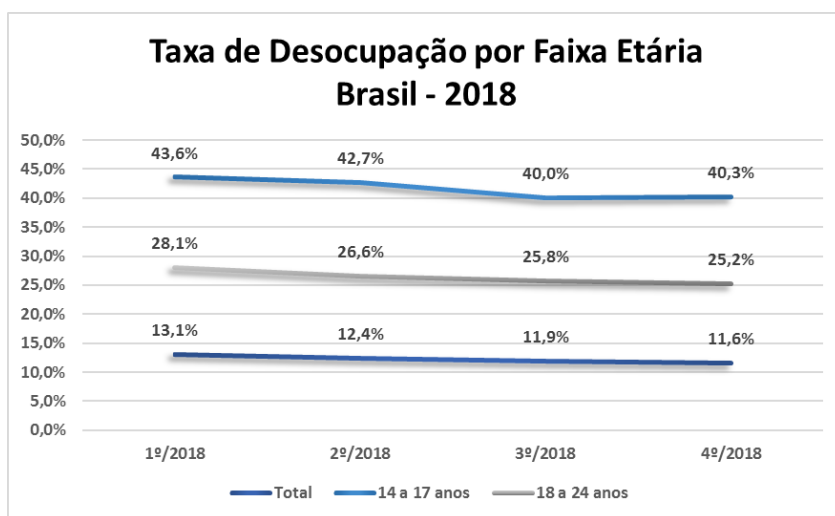
Em 2018, a Escola do Trabalhador alcançou o montante de 640 mil matrículas nos cursos oferecidos em sua plataforma, realizados por mais de 413 mil inscritos, dos quais 147 mil já estavam no mercado de trabalho e 266 mil estavam na informalidade; dentre os últimos, 61 mil migraram para o mercado formal.

2018	Escola do Trabalhador
Cadastros	413.000
Matrículas	640.000
Beneficiários qualificados	115.000

Fonte: Escola do Trabalhador, MTb

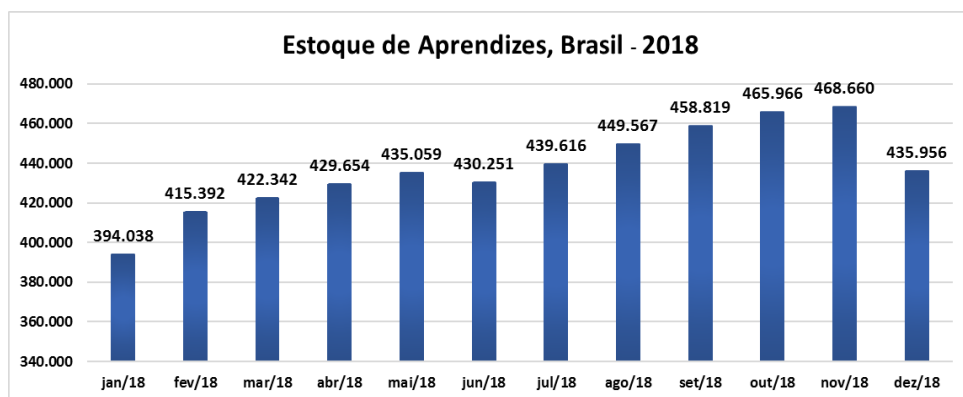
Aprendizagem Profissional

Em relação ao público da aprendizagem profissional, observa-se um pequeno aumento na taxa de desocupação do grupo de 14 a 17 anos no 4º trimestre de 2018, que passou de 40% para 40,3% em relação ao trimestre anterior. Já o grupo de 18 aos 24 apresentou uma pequena redução na taxa desocupação, de 25,8% para 25,2%. As maiores taxas de desocupação de 2018 foram verificadas no primeiro trimestre, com 43,6% para a faixa de 14 a 17 anos e 28,1% para a de 18 aos 24.



Fonte: PNADC/IBGE

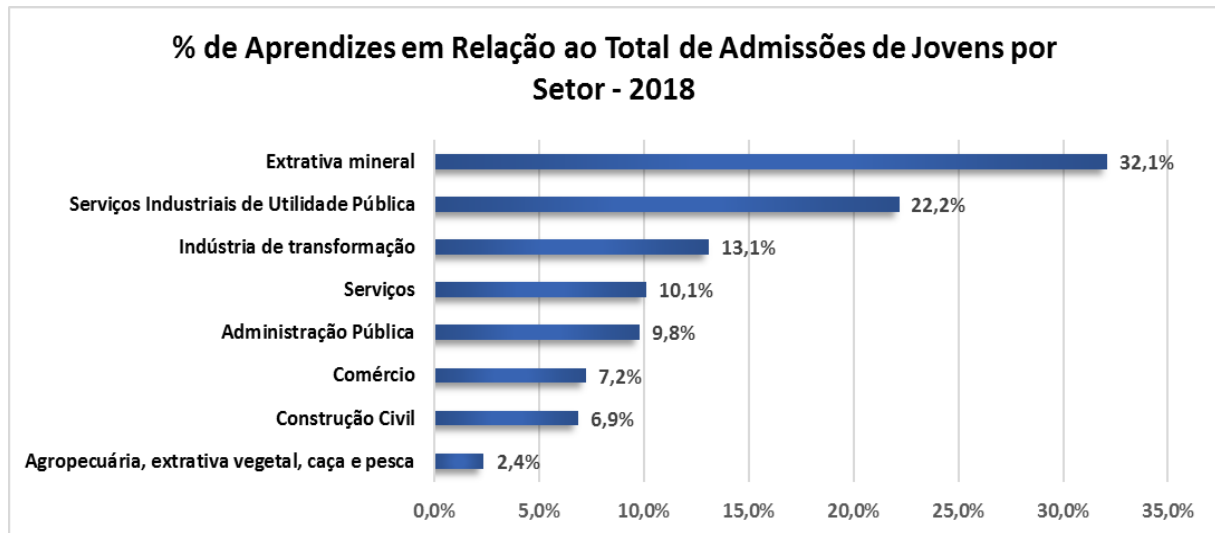
Com base nos dados fornecidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), obtemos o estoque referente ao valor total de aprendizes ocupados durante o ano de 2018.



Fonte: RAIS e CAGED/MTb.

O mês de dezembro apresentou queda em relação a novembro, passando de 468.660 para 435.956. Novembro foi também o mês de maior número em 2018, enquanto o menor foi em janeiro, com 394.038 aprendizes.

Em relação à representação dos aprendizes no total das admissões dos jovens entre 14 e 24 anos por setor em 2018, observou-se que 32,1% dos admitidos no setor de Extrativa Mineral são aprendizes, seguido de 22,2% em Serviços Industriais de Utilidade Pública e 13,1% em Indústrias de transformação.



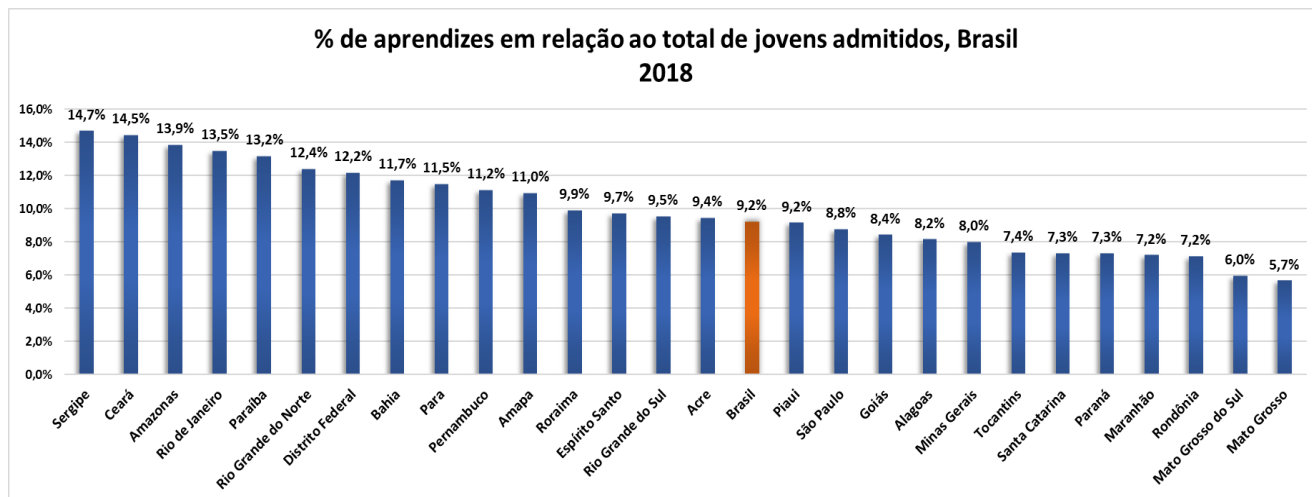
Fonte: CAGED/MTb.

No que se refere à ocupação, a tabela abaixo apresenta o ranking das 10 maiores ocupações entre os aprendizes em 2018. Entre os jovens admitidos no período nas ocupações de “auxiliar de escritório”, “assistente administrativo” e “vendedor de comércio varejista”, 45%, 38,9% e 6% foram contratados como aprendizes, respectivamente. As ocupações com maior percentual de aprendizes entre os jovens foram as de escriturário de banco (61,8%) e mecânico de manutenção de máquinas (59,4%).

Ocupação	Total de Admissões de Jovens por Ocupação – 2018			% Aprendizes
	Não	Aprendiz Sim	Total	
Auxiliar de Escritorio, em Geral	217.941	178.002	395.943	45,0%
Assistente Administrativo	122.926	78.395	201.321	38,9%
Vendedor de Comercio Varejista	395.722	25.422	421.144	6,0%
Repositor de Mercadorias	128.806	22.526	151.332	14,9%
Alimentador de Linha de Producao	213.944	14.713	228.657	6,4%
Mecanico de Manutencao de Maquinas, em Geral	10.055	14.681	24.736	59,4%
Embalador, a Mao	73.020	7.450	80.470	9,3%
Escriturario de Banco	3.701	5.980	9.681	61,8%
Continuo	25.988	4.700	30.688	15,3%
Almoxarife	66.829	4.158	70.987	5,9%

Fonte: CAGED/MTb

No gráfico abaixo exibimos os percentuais de aprendizes em relação ao total de jovens admitidos em 2018 por Unidades de Federação. Sergipe, Ceará e Amazonas apresentaram os maiores percentuais, com 14,7%, 14,5% e 13,9%, respectivamente. O Mato Grosso encontra-se na última colocação, com apenas 5,7% de aprendizes em relação ao total de jovens admitidos.

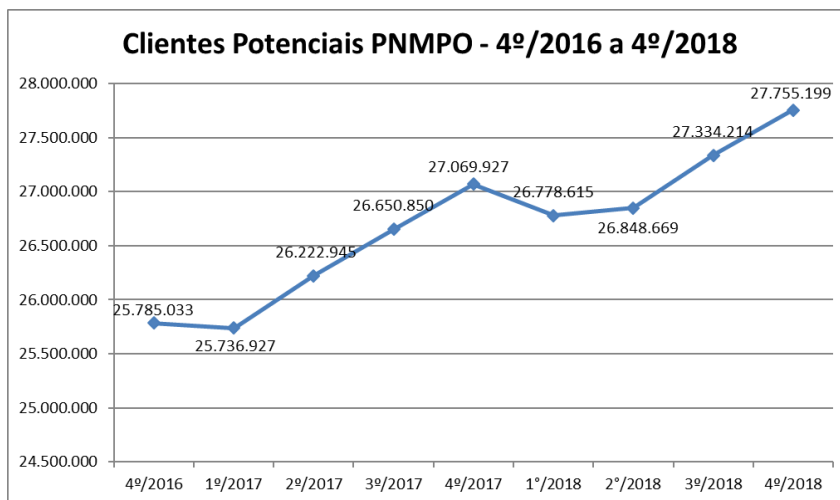


Fonte: CAGED/MTb.

5. Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)

Nesta seção apresentamos análise sobre o público potencial do PNMPO, medido como o total de empreendedores (empregadores e trabalhadores por conta própria), com renda até R\$10.000,00 mensais, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC/IBGE).

Observa-se evolução do público potencial comparando-se o quarto trimestre de 2016 com o quarto trimestre de 2018. O número esteve em crescimento desde o primeiro até o quarto trimestre de 2017, apresentando queda no primeiro de 2018 e novamente crescimento até o quarto trimestre do mesmo ano. O número atingiu a marca de 27.755.199 no quarto trimestre de 2018, com crescimento de 2,53% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.



Fonte: PNADC/IBGE.

6. Programa de Geração de Emprego e Renda do FAT (PROGER)

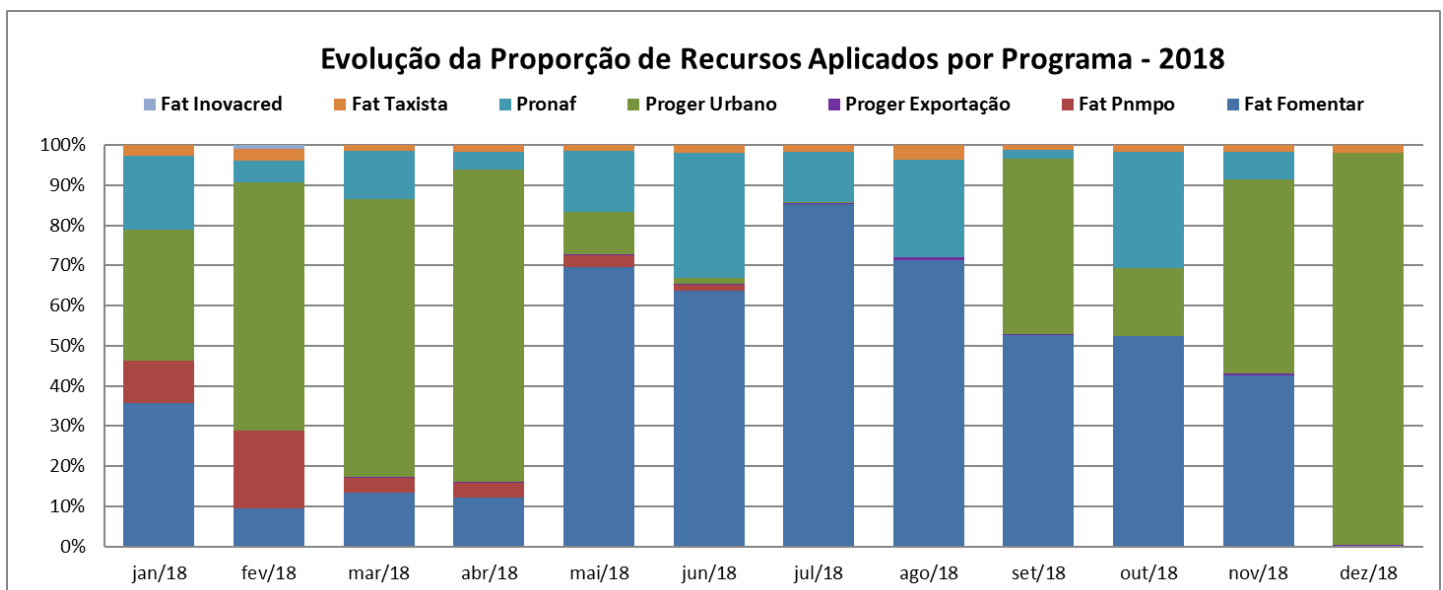
Em 2018 houve uma queda no total de contratos firmados no âmbito do PROGER, começando o ano em 10.615 contratos, chegando a 13.860 em maio, sendo o valor máximo do ano, passando para 4.196 em dezembro.

Nesse período, o programa apresentou variação no valor emprestado por mês, com maior valor observado em maio de (R\$ 576.518.890,84) e menor em agosto (R\$168.859.338,06), como mostra a tabela ao lado.

Evolução da Quantidade de Contratos e Volume de Recursos Repassados - 2018		
Competência Contrato	Qtd de Contratos	Volume de Recursos
jan/18	10.615	R\$ 205.710.678,48
fev/18	8.538	R\$ 169.662.250,75
mar/18	10.831	R\$ 443.173.136,93
abr/18	11.998	R\$ 463.563.511,04
mai/18	13.860	R\$ 576.518.890,84
jun/18	9.167	R\$ 451.624.108,61
jul/18	8.951	R\$ 413.833.769,19
ago/18	7.603	R\$ 168.859.338,06
set/18	10.648	R\$ 485.006.273,65
out/18	10.447	R\$ 512.624.165,73
nov/18	10.584	R\$ 561.769.222,36
dez/18	4.196	R\$ 349.754.298,60
Total	117.438	R\$ 4.802.099.644,24

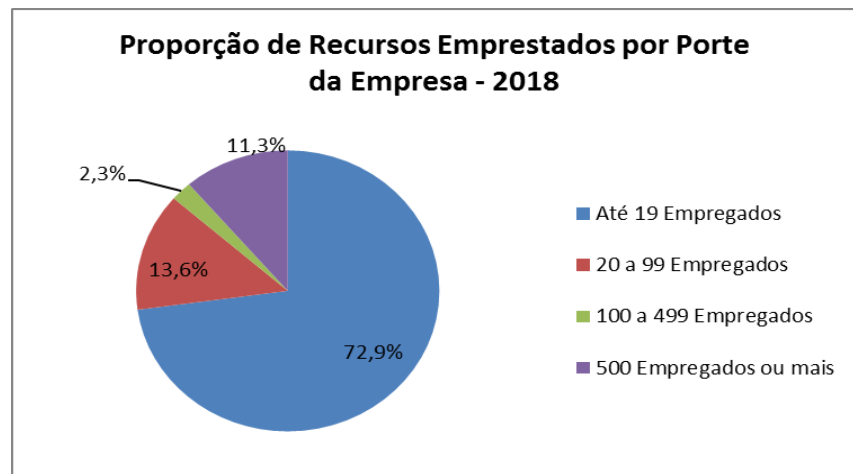
Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 15/02/2019.

Considerando-se os diferentes Programas de Crédito financiados com recursos do PROGER, tem-se a seguinte evolução da proporção dos valores emprestados:



Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 15/02/2019.

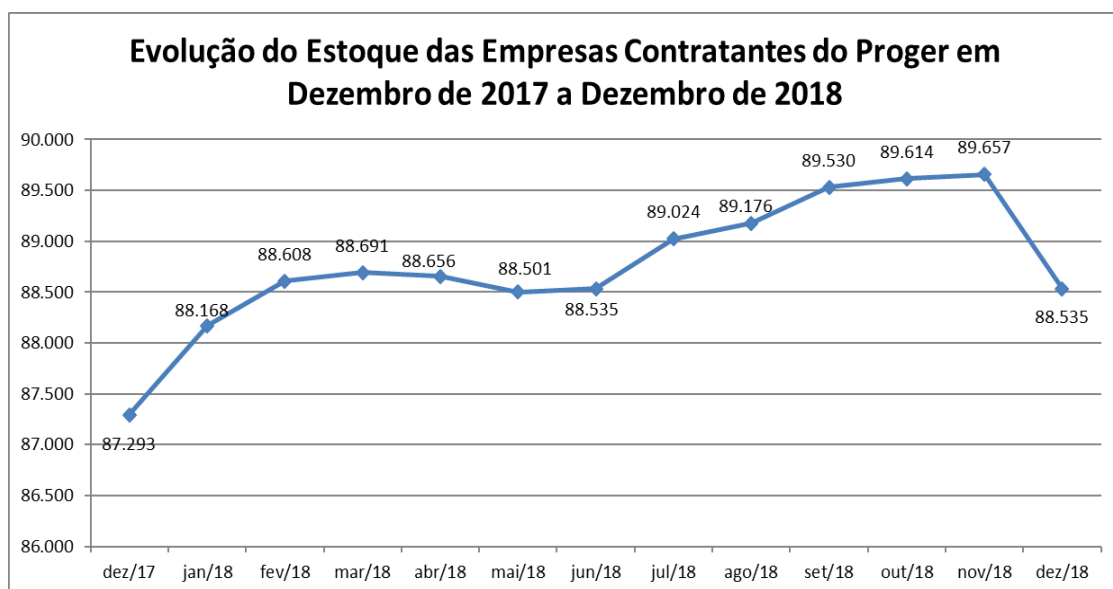
Para o período de janeiro a dezembro de 2018, considerando-se a variável de porte da empresa, verifica-se que o maior volume emprestado realizado concentra-se nas empresas com até 19 empregados.



Fonte: BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 15/02/2019.

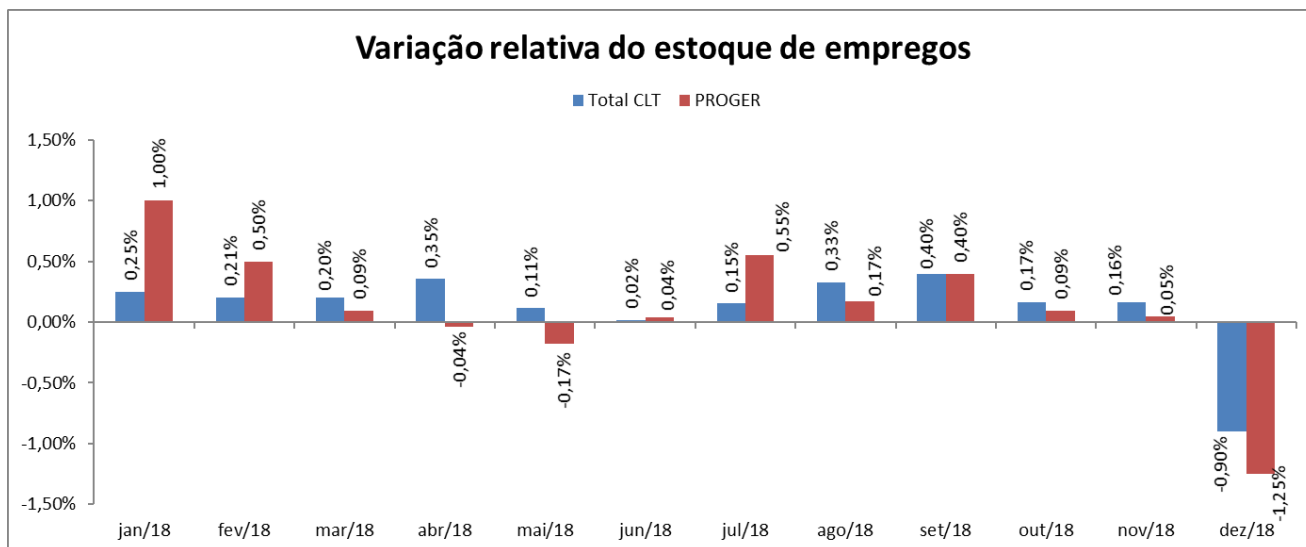
Para analisarmos o resultado do programa em termos de geração de empregos, o gráfico ao lado apresenta o estoque total de empregos referente aos estabelecimentos com contratos firmados desde dezembro de 2017 no âmbito do PROGER e que declaram a RAIS.

Acrescenta-se mês-a-mês, de acordo com o CAGED, o saldo entre admissões e desligamentos. Tais estabelecimentos apresentaram expansão em seu estoque de empregos nos meses seguintes à contratação do financiamento e comportamento oscilante nos meses seguintes.



Fonte: RAIS, CAGED e BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 01/02/2019.

Ao compararmos os vínculos ativos celetistas nos estabelecimentos do PROGER com o total de estabelecimentos verifica-se que em janeiro, fevereiro, junho e julho os estabelecimentos do PROGER geraram mais empregos, em termos relativos.



Fonte: RAIS, CAGED e BGPROGER – CGER/DER/SPPE/MTb. Dados extraídos em 01/02/2019.

7. Abono Salarial

A taxa de cobertura do Abono Salarial é a razão entre o número de benefícios pagos e o número de trabalhadores identificados. O quadro abaixo mostra a evolução do histórico de pagamentos PIS/PASEP de 2004 até Janeiro/2019.

Histórico de Pagamentos - BRASIL

Entre 2007 e 2018, observa-se um incremento no total de trabalhadores identificados com direito ao benefício.

Por conseguinte, o bom desempenho da taxa de cobertura apresentada até a finalização do calendário 2015/2016, com patamares acima de 95%.

Entretanto, não há como se identificar, ou mesmo inferir a que se deve esta queda verificada a partir do exercício 2016/2017, considerando-se que tem sido expressivo o esforço do Ministério do Trabalho no sentido de ampliar o prazo de pagamento, bem como a divulgação nos diversos meios de comunicação disponíveis.

EXERCÍCIO FINANCEIRO	PARTICIPANTES ABONO PIS/PASEP			VALORES ALOCADOS RECURSOS (FAT)
	ABONOS IDENTIFICADOS	ABONOS PAGOS (*)	TAXA COBERTURA	
2004/05	9.559.247	9.008.192	94,24%	2.320.658.203,32
2005/06	10.238.389	9.668.788	94,44%	2.841.802.523,00
2006/07	11.751.968	11.145.463	94,84%	3.814.587.154,77
2007/08	14.189.277	13.536.665	95,40%	5.025.114.269,28
2008/09	15.560.805	14.893.344	95,71%	6.052.640.073,06
2009/10	16.930.034	16.306.131	96,31%	7.417.689.565,14
2010/11	18.504.778	17.535.376	94,76%	8.813.738.341,82
2011/12	20.366.245	19.363.556	95,08%	10.464.059.581,64
2012/13	20.743.127	19.797.976	95,44%	12.216.896.645,92
2013/14	22.591.393	21.467.902	95,03%	14.470.749.245,19
2014/15	23.184.939	22.103.611	95,34%	15.930.921.888,68
2015/16	23.572.703	22.686.184	96,24%	18.867.296.710,27
2016/17	24.268.465	22.899.989	94,36%	16.060.146.572,97
2017/18	24.522.501	22.694.282	92,54%	16.743.745.310,50
2018/2019	24.811.935	14.730.917	59,37%	11.193.160.737,24
TOTAL	280.795.806	257.838.376	-	-

Exercício 2018/2019 - De 01/07/2018 a 28/06/2019

(1) Dados preliminares até JANEIRO/2019

8. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS

No quarto trimestre de 2018 foram emitidas 238.186 unidades de CTPS no modelo manual e outras 853.727 no modelo informatizado, totalizando, no acumulado do ano, a emissão de 5.084.515 carteiras de trabalho e previdência social.

Quadro Comparativo – Número de CTPS emitidas no primeiro trimestre – 2018

Descrição	1º Trimestre/2018	3º Trimestre/2018	3º Trimestre/2018	4º Trimestre/2018	Total
Modelo manual	360.441	308.011	306.158	238.186	1.212.796
Modelo informatizado	1.049.735	999.308	968.949	853.727	3.871.719
Total	1.410.176	1.307.319	1.275.107	1.091.913	5.084.515

Fonte: CIRP/CGCIPE/DER/SPPE/MTb

Em 2018, o total de emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social aumentou 5% em comparação com o ano de 2017, em 2017 foram emitidas 4.839.097 CTPS e no ano de 2018 foram emitidas 5.084.515 CTPS. São Paulo foi a Unidade da Federação (UF) onde houve mais emissões em 2018, com 1,2 milhão de CTPS. Em seguida aparecem os estados de Minas Gerais (501,9 mil), Rio de Janeiro (410 mil), Bahia (316 mil) e Paraná (270 mil).

A redução na emissão no 6º Bimestre, comparado com o mesmo período de 2016, deve-se à ocorrência da migração do sistema de emissão da CTPS, o CTPS Web 3.0, em novembro, passando a ser sustentado pela Dataprev. Há que se considerar as dificuldades inerentes a um período de transição de sistemas. Inclusive os resultados de 2018 apontam a ascendência deste número em relação ao ano anterior.

9. Análise Regional

A tabela abaixo apresenta a sistematização dos valores gastos com o benefício do seguro-desemprego e o PROGER em cada estado e grande região (% em relação ao total), bem como a respectiva população economicamente ativa. No geral, observa-se que todas as regiões estão sendo atendidas por tais políticas e deve-se respeitar as especificidades regionais na escolha das ações.

Distribuição dos valores gastos por política (% em relação ao total)			
UF	Seguro-Desemprego (2018)	PROGER (2018)	PEA (4º trimestre de 2018)
Norte	5,47	2,18	7,88
Rondônia	0,73	0,24	0,86
Acre	0,20	0,06	0,34
Amazonas	2,12	0,32	1,77
Roraima	1,49	0,03	0,22
Para	0,15	1,11	3,65
Amapá	0,22	0,05	0,35
Tocantins	0,57	0,36	0,69
Nordeste	15,59	21,41	23,94
Maranhão	1,33	1,77	2,51
Piauí	0,99	0,50	1,37
Ceará	2,79	3,87	3,89
Rio Grande do Norte	1,07	0,95	1,48
Paraíba	0,81	0,44	1,65
Pernambuco	2,82	2,99	4,00
Alagoas	0,83	0,33	1,14
Sergipe	0,64	0,14	1,01
Bahia	4,31	10,43	6,88
Sudeste	48,12	51,76	44,93
Minas Gerais	9,78	5,31	10,66
Espírito Santo	1,76	2,15	2,04
Rio de Janeiro	7,89	21,49	8,19
São Paulo	28,70	22,81	24,03
Sul	17,56	20,39	15,15
Paraná	6,36	4,84	5,73
Santa Catarina	5,03	9,69	3,68
Rio Grande do Sul	6,17	5,86	5,74
Centro Oeste	13,07	4,22	8,11
Mato Grosso do Sul	1,44	0,60	1,36
Mato Grosso	2,03	1,80	1,67
Goiás	4,01	0,97	3,44
Distrito Federal	5,58	0,86	1,63
Total	100	100	100

Fonte: Mtb

A região Norte é aquela que proporcionalmente vem recebendo menos investimentos de políticas de trabalho, porém é a que detém menor população economicamente ativa. Ações estruturais que visem ao desenvolvimento econômico da região poderão trazer consequências favoráveis ao alcance de melhores resultados do mercado de trabalho local.

MINISTÉRIO DO GOVERNO TRABALHO FEDERAL

Como visto anteriormente, a região Sudeste é a que concentra a maior força de trabalho, o que justifica os maiores investimentos nesta região.

Já a região Sul apresenta os menores indicadores de desemprego e informalidade. Nesta região, destaca-se os investimentos com o PROGER.

UF	Valores gastos por política		
	Seguro-Desemprego (2018)	PROGER (2018)	PEA (em mil) (4º trimestre de 2018)
Norte	1.802.308.328,70	4.942.723.968,96	8.293
Rondônia	240.899.971,75	545.568.482,13	905
Acre	65.283.816,52	139.067.511,56	353
Amazonas	697.326.783,76	737.994.519,32	1.862
Roraima	491.106.083,27	71.321.698,90	229
Para	49.083.725,41	2.509.961.738,40	3.843
Amapa	72.556.664,23	110.435.308,16	371
Tocantins	186.051.283,76	828.374.710,49	730
Nordeste	5.133.260.188,12	48.618.559.521,86	25.180
Maranhão	438.465.638,33	4.015.575.225,59	2.643
Piauí	326.005.325,90	1.139.012.825,88	1.439
Ceará	918.841.983,94	8.784.617.768,29	4.088
Rio Grande do Norte	352.014.596,50	2.150.191.854,82	1.559
Paraíba	266.556.114,96	990.143.777,51	1.736
Pernambuco	929.696.401,37	6.782.346.019,35	4.212
Alagoas	273.741.926,82	747.284.395,57	1.197
Sergipe	209.154.444,66	317.933.069,25	1.067
Bahia	1.418.783.755,64	23.691.454.585,59	7.240
Sudeste	15.843.511.534,69	117.562.175.957,26	47.264
Minas Gerais	3.219.279.424,48	12.056.367.093,60	11.213
Espírito Santo	578.998.250,85	4.894.715.291,37	2.149
Rio de Janeiro	2.597.270.075,64	48.804.310.992,74	8.619
São Paulo	9.447.963.783,72	51.806.782.579,55	25.283
Sul	5.782.217.897,93	46.307.014.899,14	15.933
Paraná	2.093.925.704,83	10.990.185.427,12	6.023
Santa Catarina	1.657.157.616,75	22.010.018.115,74	3.872
Rio Grande do Sul	2.031.134.576,35	13.306.811.356,28	6.038
Centro Oeste	4.302.344.265,36	9.592.976.056,54	8.527
Mato Grosso do Sul	475.675.044,35	1.362.605.333,82	1.433
Mato Grosso	668.730.344,50	4.079.102.624,20	1.755
Goiás	1.320.850.148,14	2.205.340.480,49	3.623
Distrito Federal	1.837.088.728,37	1.945.927.618,03	1.716
Total	32.923.829.829,23	227.135.691.475,67	105.197

Fonte: Mtb

ANEXO

ATIVIDADES DE GESTÃO

Nesta seção são comentadas as principais atividades de gestão implementadas visando ao alcance finalístico das políticas públicas retratadas no boletim.

SEGURO-DESEMPREGO

Em relação ao Seguro-Desemprego, cumpre ressaltar que, desde o dia 19 de dezembro de 2018, o trabalhador pode solicitar o benefício, via internet, sem necessidade de comparecer pessoalmente a um posto de atendimento. Trata-se de nova funcionalidade disponível no Portal Emprega Brasil, que traz agilidade à habilitação do trabalhador ao seguro-desemprego e permite a integração do direito ao benefício com processos prévios de verificação de oportunidades de trabalho e de cursos de qualificação profissional que estejam próximos ao domicílio do trabalhador. Com esta mudança, assim que receber a documentação do empregador, o trabalhador poderá fazer o pedido (requerimento) do benefício, imediatamente, via internet, preenchendo o formulário de requerimento *on-line*, o que torna o processo bem mais célere. Desde o preenchimento do requerimento, o prazo de 30 dias para o recebimento do benefício já começa a contar.

Destaca-se ainda que o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT aprovou, em 19/12/2018, o prazo de 180 dias para que o pagamento do Seguro-Desemprego seja realizado apenas por meio de depósito em conta corrente simplificada ou conta poupança da Caixa Econômica Federal, sem ônus para o trabalhador. A medida trará economia, além de evitar o risco de fraude no recebimento do benefício, sendo que o crédito em conta corrente simplificada ou poupança é uma alternativa segura, eficiente e mais rápida, principalmente para o Seguro-Desemprego 100% web. Serão criados mecanismos eficazes de orientação ao trabalhador em relação aos novos procedimentos a serem adotados, em especial àqueles que não dispõem desse canal de pagamento. O trabalhador poderá transferir o seu recurso para contas particulares em outros bancos. Atualmente, os pagamentos ainda são realizados em três modalidades: Cartão Cidadão; na própria agência, em espécie; e em crédito em conta.

ABONO SALARIAL

Visando a melhoria da qualidade, no serviço prestado, este Ministério vem trabalhando para implementar o Sistema do Abono Salarial, que permitirá identificar os trabalhadores com direito ao benefício, definir o valor a ser pago e enviar arquivo de pagamento para os agentes pagadores. Este sistema realizará batimentos com outras bases a fim de verificar inconsistências de informações ou possíveis impedimentos para o pagamento do benefício. Permitirá ainda o cadastro do cronograma de pagamento e o bloqueio e desbloqueio de pagamentos. O trabalhador poderá verificar a liberação ou não do benefício por meio de consulta no aplicativo SINE Fácil e no Portal Emprega Brasil, evitando-se, com isso, a necessidade de comparecer a um posto de atendimento.

PROGER e PNMPO

Dentre as atividades e iniciativas de gestão realizadas, no período de janeiro a dezembro de 2018, no âmbito desses Programas destacam-se as seguintes:

- ✓ Revisão da Programação Anual dos Depósitos Especiais do FAT – PDE/2018, por meio da Resolução nº. 819 de 15 de outubro de 2018, o qual autorizou a alocação adicional de até R\$ 500 milhões na linha de crédito voltada para capital de giro para micro e pequenas empresas.
- ✓ Realização da 1ª reunião do Conselho Consultivo do PNMPO, com a participação dos agentes públicos elencados na Lei nº 13.636, de 2018 20 de março de 2018, e como convidados os bancos oficiais federais.
- ✓ Implementação e disponibilização do curso a distância para agentes de microcrédito, fruto de parceria com a Universidade de Brasília;
- ✓ Realização do 1º Fórum de microcrédito, instancia prevista na Lei nº 13.636 de 2018, para analisar e debater experiências regionais e metodologias de microcrédito no Brasil;
- ✓ Publicação da Portaria nº. 1.190 de 21 de dezembro de 2018, que estabelece os critérios para cadastro e habilitação das entidades operadoras no âmbito do PNMPO.

Além das atividades elencadas acima, como resultado das aplicações de depósitos especiais, no PROGER, foram desembolsados cerca de R\$ 5 milhões de recursos, com os quais, estima-se que, em 2018, foram mantidos/gerados mais de 64 mil empregos, sendo 35,6 mil diretos e 28,4 mil indiretos. Já no PNMPO, em 2018, o então Ministério do Trabalho habilitou cerca de 102 instituições, que ofertaram cerca de R\$ 10,3 bilhões para aproximadamente 2,4 milhões de clientes.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES – CBO

Neste período, vale destacar a elaboração do estudo sobre o uso da CBO, como ferramenta auxiliar na identificação das ocupações que compõem o cálculo da base de cotas. Destaque-se também, enquanto melhoria da gestão da CBO, que, em 2018, iniciou-se a elaboração de um Quadro Nacional de Qualificação - QNQ, para atender demanda da aprendizagem profissional.

O Quadro Nacional de Qualificação serve como documento norteador para classificação das ocupações, segundo o nível de qualificação profissional requerido em cada ocupação e será de extrema importância para classificar todas as qualificações do sistema educativo, incluindo formação profissional. Será também utilizado para identificação do nível de qualificação requerido na ocupação. O QNQ permitirá a aproximação dos programas de formação profissional, com as demandas do setor produtivo; e contribuirá também para a modernização da CBO, que passará a contar com instrumento complementar fundamental para a formulação de políticas públicas alinhadas com a demanda do mercado de trabalho.

A Coordenação responsável pela manutenção da CBO, busca sua atualização constante e, elabora estudos aprofundados do mercado de trabalho, com o intuito de englobar setores específicos da atividade

econômica que necessitam de um detalhamento mais aprofundado, seja em função de atualização tecnológica e/ou expansão do próprio setor.

Boa parte dos resultados esperados para o exercício de 2018, foram revistos em função de contingenciamento orçamentário. Ainda assim, conseguiu-se realizar a atualização de 08 famílias ocupacionais, cujas publicações serão divulgadas neste ano de 2019, e constam da tabela abaixo:

Código	Título/família	Título/ocupação
2619	Profissionais de Produção de Rádio e TV	Continuista Assistente de Direção (TV)
7686	Trabalhadores tipográficos, pintores, letristas e carimbeiros	Tipógrafo Pintor Letrista Carimbeiro
2394	Programadores, avaliadores e orientadores de ensino	Neuropsicopedagogo Clínico Neuropsicopedagogo Institucional
7661	Trabalhadores da pré-impressão gráfica	Copiador de chapa Gravador de matriz para flexografia (clicherista) Editor de texto e imagem Montador de fotolito (analógico e digital) Gravador de matriz para rotogravura (eletromecânico e químico) Gravador de matriz calcográfica Gravador de matriz serigráfica Operador de sistema de prova (analógico e digital) Operador de processo de tratamento de imagem Programador visual gráfico
3241	Tecnólogos e técnicos em métodos de diagnósticos e terapêutica	Técnico em Tomografia Técnico em Polissonografia
2253	Médicos em medicina diagnóstica e terapêutica	Radiologia intervencionista e cirurgia endovascular
2239	Terapeutas ocupacionais e ortoptistas	Psicomotricista
7663	Trabalhadores do acabamento gráfico	Acabador de embalagens (flexíveis e cartotécnicas) Impressor de corte e vinco Operador de acabamento (indústria gráfica) Operador de guilhotina (corte de papel) Preparador de matrizes e vinco

No ano de 2018, buscou-se implementar melhorias no Portal Emprega Brasil, tais como no aplicativo SINE Fácil, no qual foi lançado o módulo Empregador. Nesse módulo/versão, o empregador pode pesquisar perfis profissionais, convocar para entrevistas, acompanhar processo seletivo, dentre outros, otimizando as ações de intermediação de mão de obra, além das funcionalidades já existentes no Portal Emprega Brasil e nos Postos da Rede SINE.

Ainda sobre a intermediação de mão de obra e a manutenção da Rede de atendimento do SINE, importante destacar a aprovação da Lei Nº 13.667/18, que “Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (SINE), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975.”

Ressalta-se sua relevância para o momento atual do SINE, bem como do mercado de trabalho brasileiro. O advento desta lei traz um novo modelo de gestão para garantir a efetividade das ações do SINE e melhoria na implementação políticas públicas que o compõem. A modernização da gestão do SINE, portanto, perpassa a melhoria na sua forma de operacionalização, implementação das ações, e a coordenação de responsabilidade entre os diversos atores desta rede.

Visando sua implementação, no ano de 2018, logo após aprovação e publicação da Lei, foi criado grupo técnico para a adoção de medidas e instrumentos necessários à operacionalização da modalidade Fundo a Fundo, bem como interação com os convenentes, em especial, via Fórum Nacional de Secretários Estaduais do Trabalho – FONSET, para fins de orientações para a elaboração dos projetos de lei para criação dos respectivos Fundos do Trabalho nos estados e municípios, necessários para a implementação dos dispositivos da Lei Nº 13.667/18.

A expectativa é que, o panorama de dificuldades na execução financeira da Ação orçamentária 20JT – Manutenção e Ampliação da Rede de Atendimento do Programa do Seguro-Desemprego no Âmbito do Sistema Nacional de Emprego/ SINE, mude com a mudança na lógica de gestão do SINE introduzida pela Lei n. 13.667/2018.

Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS

Em 2018, foram realizadas melhorias no ambiente do sistema de Emissão de CTPS, que melhoraram o atendimento, em nível nacional, de forma que houve um aumento na emissão de Carteira de Trabalho do modelo informatizado de 6% em comparação ao ano anterior, ou seja, no ano de 2017 foram emitidas 3.648.284 CTPS, contra 3.871.719 CTPS, ambas do modelo informatizado.

Além da melhoria de sistema, vale mencionar que ocorreram ações por meio de mutirões de atendimento e a abertura de mais um posto de atendimento para estrangeiro em Boa Vista/RR, bem como aumento no efetivo de atendimento. Tais ações contribuíram para atendimento efetivo da significativa demanda de emissão de CTPS para estrangeiro no estado de Roraima, que aumentou em 322% comparado ao mesmo período do ano de 2017, considerando-se que, no ano de 2017, foram emitidas 7.265 CTPS, e em 2018, 30.683 unidades de CTPS.

Com o cenário de 2018, fez-se necessária atualização das normas utilizadas pelos órgãos emissores de CTPS para o imigrante, tendo sido publicada, em junho/2018, a Portaria SPPE nº 85, que dispôs sobre os procedimentos para emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) para imigrantes.

Com esta atualização, fez-se necessário realizar treinamento para a rede de atendimento, o que ocorreu, em junho, com participação de um servidor de cada Superintendência do Trabalho, com a finalidade de disseminação na rede.

Qualifica Brasil

Fazendo-se um breve histórico, o então Ministério do Trabalho, em 2017, no intuito de reformular a política pública de qualificação social e profissional, visando melhorar sua efetividade, bem como ampliar o escopo e a qualidade dos cursos oferecidos, reestruturou o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, por meio da Resolução CODEFAT nº 783, de 26/04/2017. Com isso, o PNQ passou a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional – QUALIFICA BRASIL, que tem por objetivo a promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

Conforme consta do art. 7º da resolução nº 783, o Qualifica Brasil apresenta quatro modalidades, quais sejam, a Qualificação Presencial, a Qualificação a Distância, o Passaporte Qualificação e a Certificação Profissional.

Dessas, a Qualificação a Distância (QaD) — que contempla o desenvolvimento de cursos de qualificação social e profissional por meio de equipamentos, redes e tecnologias de informação e comunicação, com difusão pela rede mundial de computadores e/ou por outros canais, de maneira a permitir a realização do ensino e da aprendizagem entre professores e alunos que estejam espacial e/ou temporalmente separados — é a única modalidade que esteve em operacionalização no ano de 2018, por meio do Termo de Execução Descentralizada nº 01/2017, celebrado com a Universidade de Brasília (UnB)

Nesse contexto, em novembro de 2017, foi disponibilizada a primeira versão do “Portal da Escola do Trabalhador”, por meio do qual estão sendo ofertados cursos agrupados conforme os doze eixos temáticos do Guia Pronatec de Cursos FIC, respeitando-se ainda as definições da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Quanto à execução, até dezembro de 2018, foram disponibilizados 27 cursos na Escola do Trabalhador, quais sejam:

1. Agenciamento de viagens
2. Criando um negócio de sucesso
3. Higiene na indústria de alimentos
4. Introdução ao Excel
5. Português Básico para o mundo do trabalho
6. Demonstrações contábeis e sua análise
7. Conhecendo o perfil do Agente Comunitário de Saúde e seu processo de trabalho
8. Fundamentos e processos de gestão de Recursos Humanos
9. Segurança da Informação
10. Edição e tratamento de imagens
11. Inglês aplicado ao mundo do trabalho
12. Cuidando de pessoas idosas
13. Comunicação Escrita para o Trabalho
14. Elaboração de folha de pagamento de empresas
15. Análise de investimentos
16. Espanhol Aplicado ao Mundo do Trabalho
17. Análise de Risco na Construção Civil
18. Empreendedorismo na pesca

19. Planejamento de negócios na pesca
20. Gestão da qualidade
21. Processos industriais
22. Excel Intermediário
23. Identidade Visual e Gestão de Clientes
24. Português para Hispano falantes
25. Excel Avançado
26. Função de Agente de Microcrédito
27. Análise de Microcrédito

RAIS e CAGED

No aspecto de melhorias da gestão foram incluídos no CAGED e na RAIS os campos relativos à Reforma Trabalhista, de forma a possibilitar a captação e divulgação das movimentações trabalhistas contempladas na Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Com isso, desde novembro/2017, o Ministério do Trabalho tem divulgado mensalmente dados relativos às movimentações no âmbito da reforma trabalhista.

Importante ressaltar que a CGCIPE (antiga CGET/SPPE), está tratando com a Dataprev a metodologia que possibilitará a transição do sistema de captação de dados da RAIS e CAGED para a base do eSocial, uma vez que o empregador terá que fornecer ao eSocial as informações até então feitas na RAIS e no CAGED. A Referida metodologia de transição visa garantir a segurança e continuidade das series históricas do emprego formal no Brasil.

Em relação à RAIS, o prazo legal de entrega da RAIS ano-base 2018 iniciou-se em 18 de fevereiro de 2019 e encerra-se em 05 de abril de 2019, conforme Portaria nº 39, de 14/02/2019, publicada no Diário Oficial em 15/02/2019.

Análise de Prestações de Contas

Quanto à atividade de análise de prestações de contas, com base no passivo de processos “em análise” e “a serem analisados”, pode-se considerar que esta tarefa é prioridade na pauta da SPPE, sendo objeto de diversas ações para adotar uma estratégia consistente para solução do problema, além de constante conscientização da administração superior sobre a urgência que a situação requer. Dessa forma, a SPPE definiu um plano de ação contendo algumas medidas estruturantes que vêm sendo tomadas ao longo do último ano para que a atual situação do passivo seja resolvida com a maior brevidade possível, com destaque para: i) criação da Coordenação Geral de Prestação de Contas; ii) racionalização dos processos internos; iii) visitas técnicas a outros Ministérios com situação semelhante resolvida; iv) manualização de procedimentos de análise de prestação de contas física e financeira; v) publicação da Portaria 661 de maio de 2017 (racionalização dos processos); vi) solicitação de novos servidores ao Gabinete do Ministro; vii) realocação interna de servidores para a CGPC; e viii) solicitação de funções gratificadas para a equipe da CGPC; ix) estudos para implementação de trabalho remoto; e x) definição de prioridades das análises de prestação de contas visando o atendimento as recomendações a respeito das gestões do passivo de prestação de contas.

Em 208, a principal medida adotada pela então gestão da SPPE foi a manutenção da estrutura organizacional formalizada no organograma do Ministério com dedicação exclusiva à análise de prestação de contas, a Coordenação Geral de Prestação de Contas - CGPC, que conta com duas coordenações (Física e Financeira), e uma assessoria técnica, estrutura esta, vigente desde 31.03.2017.

Secretaria Executiva do CODEFAT

A Secretaria Executiva do CODEFAT cabe ao Ministério do Trabalho, de acordo com a Lei nº 7.998, de 1990, e é exercida pelo Departamento de Gestão de Benefícios – DGB/SPPE/MTb, por força do Decreto nº 9.116, de 2016.

Amparado no exercício das atribuições da SE/CODEFAT, especialmente a de coordenar as atividades para realização das reuniões do CODEFAT e do Grupo Técnico do FAT - GTFAT e de promover a compatibilização entre as ações afetas à esfera de competência do MTb e as do CODEFAT, no exercício de 2018 foram obtidos os seguintes resultados:

- ✓ Realização de 14 (quatorze) reuniões, sendo 8 (oito) do GTFAT e 6 (seis) do CODEFAT, nas quais foram aprovadas 19 (dezenove) resoluções, quais sejam:
- ✓ Resolução n. 804/2018 - Altera a Resolução nº 511, de 18 de outubro de 2006, que dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO;
- ✓ Resolução n. 805/2018 - Dispõe sobre a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT – PDE, para o exercício de 2018;
- ✓ Resolução n. 806/2018 - Aprova a distribuição de recursos para o exercício de 2018 entre as modalidades no âmbito do Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional – QUALIFICA BRASIL;
- ✓ Resolução n. 807/2018 - Altera a Resolução CODEFAT nº 780, de 14 de dezembro de 2016, que estabelece diretrizes básicas para a Padronização da Rede de Atendimento do Sistema Nacional de Emprego – SINE;
- ✓ Resolução n. 808/2018 - Altera a Resolução nº 758, de 9 de março de 2016, e aprova o Termo de Referência de que trata o seu art. 29;
- ✓ Resolução n. 809/2018 - Altera a presidência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT;
- ✓ Resolução n. 810/2018 - Aprova a Proposta Orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para o Exercício de 2019;
- ✓ Resolução n. 811/2018 - Aprova a Prestação de Contas do FAT, em processo unificado, relativa ao exercício de 2017;
- ✓ Resolução n. 812/2018 - Aprova a Prestação de Contas do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, relativa ao Exercício de 2017;
- ✓ Resolução n. 813/2018 - Disciplina o pagamento do Abono Salarial referente ao exercício de 2018/2019;
- ✓ Resolução n. 814/2018 - Estabelece o custo aluno/hora médio para as ações no âmbito do Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional – Qualifica Brasil.

- ✓ Resolução n. 815/2018 - Autoriza, excepcionalmente, o pagamento do Abono Salarial, referente ao exercício de 2017/2018, aos participantes que não receberam o benefício na vigência da Resolução nº 790, de 28 de junho de 2017;
- ✓ Resolução n. 816/2018 - Altera a presidência do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT;
- ✓ Resolução n. 817/2018 - Dispõe sobre procedimentos para pagamento dos benefícios do seguro-desemprego;
- ✓ Resolução n. 818/2018 - Aprova a inclusão dos campos “nacionalidade” e “país de origem” nos formulários de requerimento para todas as modalidades de seguro-desemprego.
- ✓ Resolução n. 819/2018 - Altera a Programação Anual da Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2018 – PDE/2018, de que trata a Resolução nº 805, de 24 de abril de 2018.
- ✓ Resolução n. 820/2018 - Altera a Resolução CODEFAT n. 783, de 26 de abril de 2017, que reestrutura o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, que passa a denominar-se Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional - QUALIFICA BRASIL, voltado à promoção de ações de qualificação e certificação profissional no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, como parte integrada do Sistema Nacional de Emprego - SINE.
- ✓ Resolução n. 821/2018 – Altera a Resolução do CODEFAT nº 814, de 26 de junho de 2018, que estabelece o custo aluno/hora médio para as ações no âmbito do Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional – Qualifica Brasil.
- ✓ Resolução n. 822/2018 - Altera a Resolução nº 467, de 21 de dezembro de 2005, a Resolução nº 759, de 9 de março de 2016, e a Resolução nº 754, de 26 de agosto de 2015, que tratam de critérios e procedimentos para habilitação, concessão e pagamento do benefício seguro-desemprego.

Com vistas a aferir o grau de participação social na gestão do FAT, foi apurado o percentual de presença dos conselheiros nas reuniões do CODEFAT no exercício de 2018, o qual resultou em 74,1% por cento do total de conselheiros.

Além disso, com o objetivo de promover melhorias no suporte ao funcionamento do CODEFAT, a Secretaria Executiva do CODEFAT, por meio da Coordenação-Geral do CODEFAT (CGCODEFAT), realizou diversas atividades relativas ao processo de desenvolvimento do Sistema de Gestão Operacional do CODEFAT (SIGOC) pela DATAPREV.

O SIGOC se configura como ferramenta de comunicação para os Conselheiros do CODEFAT, com o intuito de melhorar o desempenho de suas atribuições. Permitirá automatização do controle das informações relativas às atividades e decisões do Conselho e também maior intercâmbio de informações e comunicação (em tempo real) entre o CODEFAT e os Conselhos do Trabalho, Emprego e Renda das três esferas de Governo (Federal, Estadual e Municipal).